



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (“Sanasa” ou “Companhia”) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que compartilhamos as principais realizações que marcaram o ano de 2024, um período repleto de conquistas significativas, que representa um marco extraordinário em nossa trajetória - os 50 anos da Sanasa.

Ao completarmos meio século de existência, reafirmamos nosso compromisso inabalável com a excelência na prestação de serviços à população de Campinas, com a entrega de um volume recorde de investimentos de mais de R\$ 394 milhões, somente no ano de 2024, que permitiram modernizar nossa infraestrutura e ampliar os acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto.

Como parte da iniciativa do Plano Campinas 2030, que visa à ampliação da segurança hídrica e à adaptação às mudanças climáticas, desde 2021 investimos na construção de 20 novos reservatórios, ampliando em 40% nossa capacidade de reservação de água potável para garantir o abastecimento mesmo em situações emergenciais. Além disso, intensificamos a substituição de redes antigas, totalizando aproximadamente 473 quilômetros nos últimos quatro anos - um avanço que mais que dobrou o realizado nos 27 anos anteriores do Programa de Trocas de Rede. Essas ações não apenas reforçam a eficiência operacional, reduzindo perdas, como também promovem a sustentabilidade do sistema.

Entre 2021 e 2024, investimos mais de R\$ 1 bilhão no saneamento de Campinas, o que contribuiu para alcançarmos a universalização dos serviços já em 2023, dez anos antes do prazo estabelecido pelo Marco Legal do Saneamento. Não por acaso, Campinas conquistou o primeiro lugar no ranking nacional de saneamento entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, elaborado pelo Instituto Trata Brasil. Em tempos de incertezas climáticas, a combinação de boa gestão e investimentos eficazes tem gerado resultados concretos e positivos para a população.

E não paramos por aí: em dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Sanasa aprovou um plano de investimentos robusto para os próximos cinco anos, com o objetivo de modernizar nosso portfólio de ativos, garantir a sustentabilidade dos serviços e promover melhorias contínuas para a população.

Em termos financeiros, registramos um crescimento de 12,14% na receita operacional líquida, em comparação a 2023, e um avanço de 25% no EBITDA, além da geração de mais de R\$ 1 bilhão em valores tangíveis para a sociedade, refletindo o impacto positivo da nossa atuação. A eficiência operacional continuou sendo um pilar importante, com um volume de água tratada e distribuída ultrapassando 103 milhões de metros cúbicos, e um impressionante Índice de Perdas na Distribuição (IPD) de 18,02%, bem abaixo da média nacional.

A nossa performance positiva foi refletida não apenas nos resultados operacionais e econômico-financeiros, mas também nos reconhecimentos que recebemos. Em 2024, conquistamos o Troféu Quíron ESG Ouro Nível II, na categoria “As Melhores Empresas em Gestão no Saneamento Ambiental (AMEGSA)”, durante a cerimônia do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2024, promovida pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e considerado o “Oscar” do setor. Além disso, pela primeira vez, fomos premiados com o Troféu Transparência da Associação Nacional de Executivos (ANEFAC), pelas nossas demonstrações contábeis de 2023. O prêmio ANEFAC reconhece as empresas que se destacam pela clareza, precisão e qualidade das informações contábeis.

Os prêmios e reconhecimentos recebidos em 2024 se somam ao Troféu Casos de Sucesso do Instituto Trata Brasil - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - que elabora, entre outras iniciativas, o ranking anual do saneamento desde 2009, além do ACERTAR, reconhecimento conjunto da agência reguladora ARES-PCJ e do Ministério das Cidades, pela precisão e confiabilidade dos indicadores de desempenho da Sanasa. Todos eles refletem o compromisso da comunidade Sanasa com a transparência, a eficiência operacional e a prestação de serviços de qualidade, frutos do trabalho dedicado de empregados, gestores e administradores alinhados a princípios de planejamento, responsabilidade social e ética.

No eixo da sustentabilidade, continuamos a demonstrar nosso comprometimento com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população. Alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos associamos ao *World Water Council* (WWC) e aderimos ao Movimento +Água do Pacto Global, reforçando nossa atuação em prol da segurança hídrica e da universalização do saneamento. Além disso, com foco na mitigação dos impactos ambientais, iniciamos os estudos e a elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE), com ênfase nas principais fontes de emissões da Companhia, contribuindo para a implementação de estratégias sustentáveis e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Anualmente, divulgamos nosso desempenho socioambiental por meio do Relatório de Sustentabilidade, reforçando nossa responsabilidade com a transparência.

Agradecemos a todos que contribuíram para essa incrível jornada e estamos ansiosos para celebrar as conquistas que estão por vir, com a certeza de que juntos construiremos um futuro ainda mais próspero e sustentável para Campinas, com a Sanasa cumprindo seu papel de indução do crescimento socioeconômico da cidade.

1. Destaques de 2024



2. Missão, Visão e Valores

Esses elementos formam a base para a definição das estratégias e para a condução das operações da Companhia, sempre com o compromisso de atender às necessidades da sociedade, promovendo a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. A missão reflete o propósito de nossa existência, enquanto a visão estabelece os objetivos futuros, alinhados às tendências globais e às demandas locais. Os valores, por sua vez, são os ideais de atitude, comportamento e resultados que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações da Companhia com seus *stakeholders*.



3. Desempenho Operacional

A Sanasa é responsável pelo serviço de abastecimento de água no Município de Campinas, Estado de São Paulo, abrangendo todas as etapas do processo: captação, adução, tratamento, reservação e distribuição. Em 2024, a Companhia forneceu água potável encanada a 99,95% da população urbana de Campinas, que possui cerca de 1.185.977 habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Até maio de 2024, a Sanasa operava com 5 Estações de Tratamento de Água (ETAs), com capacidade de tratamento de até 4.600 litros por segundo (l/s). A partir de junho de 2024, a captação do Rio Capivari foi descontinuada, levando à desativação da ETA Capivari. A decisão foi motivada pela má qualidade da água do rio, que já comprometia a operação da estação, levando-a a funcionar de forma intermitente, além do seu elevado custo de tratamento. Com essa mudança, a Sanasa passou a operar com 4 ETAs, todas com captação do Rio Atibaia, com capacidade de tratamento de até 4.400 litros por segundo (l/s).

Em 2024, a maior parte da água captada para o abastecimento de Campinas foi proveniente do Rio Atibaia, responsável por 99,46% da captação, enquanto o Rio Capivari contribuiu com os 0,54% restantes.

O volume de água potável produzido em 2024 foi de mais de 103 milhões de metros cúbicos (m³), transportado por meio de 4.931,41 quilômetros de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 96 reservatórios distribuídos pela cidade (29 elevados e 67 semienterrados), com capacidade total de 190.125,68 m³. Esse sistema contemplava 399.805 ligações de água e 549.826 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atendeu em 2024 a 97,10% da população urbana da cidade, com 367.758 ligações e 503.107 economias, por meio de 4.387,32 quilômetros de redes, emissários e interceptores, além de 118 Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs), 19 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPARs) e 1 Posto de Recebimento de Efluentes (PRE). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 99,5%, e do esgoto coletado, 94,03% são tratados.

Indicadores operacionais - Água

Descrição	2021	2022	2023	2024
Índice de Atendimento Urbano de Água	99,81%	99,81%	99,84%	99,95%
Índice de Atendimento Total de Água	98,09%	99,69%	99,69%	99,80%
Extensão da Rede de Água (km)	4.771,75	4.818,91	4.811,13	4.931,41
Volume de Água Captada e Bombeada (m³)	108.686.479	106.762.213	106.620.677	107.358.350
Volume de Água Tratada e Distribuída (m³)	102.307.653	100.405.026	102.826.372	103.522.064
Volume de Outorga do Rio Atibaia (l/s)	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00
Volume de Outorga do Rio Capivari (l/s)	366,67	366,67	366,67	366,67
Nº de Captações de Água	2	2	2	1
Nº de Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	5	5	4
Capacidade de Tratamento das ETAs (l/s)	4.600	4.600	4.600	4.400
Nº de Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	1	1	1
Nº de Centros de Reservação e Distribuição	42	42	42	45
Nº de Reservatórios	73	73	73	96
Volume de Reservação (m³)	142.098,37	142.098,37	142.098,37	190.125,68
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,57%	20,19%	20,42%	18,02%
Consumo Médio per Capita de Água (litros/hab./dia)	183,44	185,22	195,34	199,45
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	11,76%	10,73%	10,88%	8,59%

Indicadores operacionais - Esgoto

Descrição	2021	2022	2023	2024
Índice de Atendimento Urbano de Esgoto	96,42%	96,42%	96,42%	97,10%
Índice de Atendimento Total de Esgoto	94,77%	95,89%	95,89%	96,56%
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	95,00%	99,50%	99,50%
Índice de Tratamento de Esgoto	89,94%	90,04%	94,00%	94,03%
Extensão da Rede de Esgoto (km)	4.428,59	4.428,59	4.428,59	4.387,32
Nº de Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	109	117	118	118
Nº de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	21	21	19	19
Nº de Estações de Produção de Água de Reúso	2	2	2	2

Nos quadros a seguir são apresentadas a quantidade de ligações e economias de água e esgoto, segregadas por categoria de consumidores. Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

Ligações de água e esgoto por categoria de consumidores

Categoria de Consumidores	2021		2022		2023		2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	338.862	313.868	346.473	319.308	354.359	325.963	363.357	333.203
Comercial	34.142	32.208	34.653	32.605	34.862	33.097	34.653	33.021
Pública	1.311	1.128	1.343	1.128	1.343	1.130	1.378	1.139
Industrial	434	408	432	405	425	402	417	395
Total	374.749	347.612	382.901	353.446	390.989	360.592	399.805	367.758

Economias de água e esgoto por categoria de consumidores

Categoria de Consumidores	2021		2022		2023		2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	477.298	435.209	484.560	441.073	491.072	447.818	498.545	454.912
Comercial	48.620	45.209	49.398	46.016	49.474	46.450	49.247	46.661
Pública	1.550	1.128	1.582	1.128	1.582	1.130	1.617	1.139
Industrial	434	408	432	405	425	402	417	395
Total	527.902	481.954	535.972	488.622	542.553	495.800	549.826	503.107

Em 2024, a Sanasa registrou um volume faturado de água de 93.470 mil m³, representando um aumento de 3,09% em relação a 2023. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que mede o percentual de água tratada não consumida, foi de 18,02% no ano, um valor significativamente inferior à média das empresas de saneamento no Brasil, que atingiu 37,78%, conforme dados divulgados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2022. Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 8,59% em 2024, também inferior à média de perdas de 32,62% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto dos últimos quatro anos, segregados por categoria de consumidores, em milhares de m³, bem como a variação percentual anual do mesmo período.

Volume faturado de água - 2021 a 2024 (em milhares de m³, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Água				Variação %		
	2021	2022	2023	2024	2022 × 2021	2023 × 2022	2024 × 2023
Residencial	77.471	77.081	79.498	81.890	-0,50%	3,14%	3,01%
Comercial	8.030	8.639	9.052	9.307	7,58%	4,78%	2,82%
Pública	1.361	1.876	1.644	1.792	37,84%	-12,37%	9,00%
Industrial	448	471	470	481	5,13%	-0,21%	2,34%
Total	87.310	88.067	90.664	93.470	0,87%	2,95%	3,09%

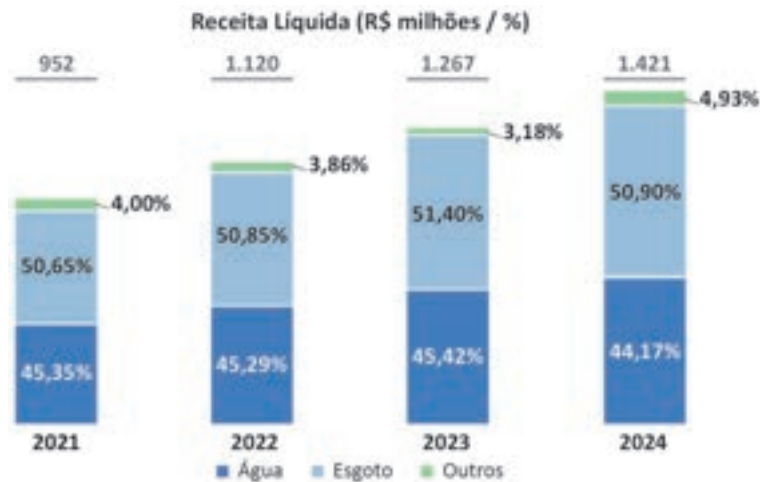
Volume faturado de esgoto - 2021 a 2024 (em milhares de m³, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Esgoto				Variação %		
	2021	2022	2023	2024	2022 × 2021	2023 × 2022	2024 × 2023
Residencial	67.749	67.238	69.663	72.109	-0,75%	3,61%	3,51%
Comercial	7.452	8.182	8.667	9.021	9,80%	5,93%	4,08%
Pública	1.320	1.597	1.622	1.759	20,98%	1,57%	8,45%
Industrial	448	434	491	543	-3,13%	13,13%	10,59%
Total	76.969	77.451	80.443	83.432	0,63%	3,86%	3,72%

4. Desempenho Econômico-financeiro

4.1 Receita Líquida

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 12,14%, quando comparada ao ano de 2023, influenciada por uma combinação de fatores, tais como: reajuste tarifário de 4,84% para as tarifas de água e esgoto e de 5,19% para os demais serviços, com vigência a partir de fevereiro de 2024, conforme Resolução ARES-PCJ nº 537, de 27 de dezembro de 2023; ampliação do número de clientes, sendo 8.816 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 7.166 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário; e crescimento do consumo de água pela população, que saiu de 195,34 litros/hab./dia, em 2023, para 199,45 litros/hab./dia, em 2024.





continuação »»

7. Sustentabilidade

A sustentabilidade desempenha um papel essencial no setor de saneamento, pois está diretamente relacionada à preservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida da população. A gestão eficiente da água e do esgoto, por exemplo, contribui para a conservação dos recursos hídricos e a redução dos impactos ambientais, como a poluição e o desperdício de água. Além disso, a adoção de práticas sustentáveis no setor de saneamento promove a inclusão social ao garantir o acesso a serviços básicos de qualidade, como o fornecimento de água potável e o tratamento adequado de esgoto.

Com o agravamento dos efeitos adversos das mudanças climáticas, fenômenos como ondas de calor, secas e tempestades têm afetado cada vez mais setores da sociedade. Nesse cenário, a Sanasa contribuiu para o estudo “As Mudanças Climáticas no Setor de Saneamento: Como tempestades, secas e ondas de calor afetam o consumo de água?”, realizado pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a *Way Carbon*, com o objetivo de entender os impactos dessas mudanças no saneamento básico e na população.

A Companhia, com foco na mitigação dos efeitos ambientais, iniciou os estudos e elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) baseado na metodologia GHG *Protocol*. Nessa fase, a medição abrange as emissões das estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de esgoto e o posto de recebimento de efluentes via caminhão esgota-fossa, que representam as maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa. A Sanasa tem a intenção de expandir a mensuração para todas as suas unidades operacionais e administrativas, permitindo o desenvolvimento de estratégias de mitigação alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 13, que trata do Combate às Alterações Climáticas.

Desde 2012, a Sanasa é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, comprometendo-se a contribuir com o alcance dos ODS por meio de suas ações. Em 2024, a Companhia aderiu ao Movimento +Água do Pacto Global, com o objetivo de promover maior transparência e ações coletivas em prol da universalização do saneamento e da segurança hídrica.

Além disso, a Sanasa é associada ao Instituto Ethos desde 2012, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e apoiar as empresas na gestão responsável de seus negócios, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Em julho de 2024, a Sanasa se associou a *World Water Council* (WWC), alinhando-se às suas estratégias e reforçando o compromisso com a gestão sustentável da água para as futuras gerações. Fundado em 1996, o WWC é um conselho internacional independente e sem fins lucrativos, criado para promover a integração entre os diversos órgãos e organizações envolvidas na gestão de recursos hídricos, além de fomentar uma compreensão compartilhada dos desafios do setor hídrico.

A Sanasa divulga anualmente informações socioambientais em seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado com base nos padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI *Standards*) e nos Princípios de Relato Integrado. De forma conectada, coesa e eficiente, o relatório comunica a geração de valor dos capitais da Companhia, em conformidade com a Resolução CVM nº 14, de 9 de dezembro de 2020, reforçando o compromisso da Sanasa com a transparência.

O Relatório de Sustentabilidade de 2024, que corresponde ao décimo quarto processo de relato da Sanasa, passou a incluir alguns indicadores setoriais específicos de concessionária de água, conforme estabelecido no volume 39 do Pronunciamento Técnico CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima, que possui correlação com a Norma Internacional de Sustentabilidade - IFRS S2. Desde 2020, o Relatório de Sustentabilidade da Sanasa é assegurado por empresa de auditoria externa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

8. Relacionamento com os Colaboradores

A Sanasa contava, em 31 de dezembro de 2024, com 2.024 empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de 79 estagiários e 63 jovens aprendizes.

Em sua maioria os empregados eram do gênero masculino, brancos e possuíam, em média, 48 anos de idade. O tempo médio dos empregados na Companhia era de 18 anos. As mulheres representavam 19,37% do total de empregados e ocupavam 32,37% das funções de liderança. Já os negros e pardos ocupavam 28,71% do efetivo e 10,07% das funções de liderança. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2024 foi de 1,88%.

Indicadores do corpo funcional

Descrição	2021	2022	2023	2024
Número de Empregados(as) ao final do período	2.131	2.137	2.058	2.024
Número de Estagiários(as) ao final do período	35	44	65	79
Número de Jovens Aprendizes ao final do período	58	61	65	63
Número de Empregados(as) Terceirizados(as) ao final do período	1.314	1.399	1.372	1.457
Rotatividade de pessoal (<i>Turnover</i>)	4,62%	4,31%	3,38%	1,88%

Em 2024, a Sanasa implementou o Programa de Valorização do Conhecimento - PROVAR 2024, um plano de desligamento voluntário voltado para a gestão do Capital Humano. O programa foi criado para reconhecer os empregados do quadro de carreira com mais de dez anos de empresa, oferecendo benefícios e incentivos financeiros aos participantes. Dos 55 empregados que se desligaram da Companhia, 36,36% optaram pela adesão ao PROVAR.

As indenizações do PROVAR 2024 variaram conforme o tempo de serviço e incluíram salários adicionais, valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e assistência médica por até 36 meses para os desligados, estendida aos cônjuges e dependentes com necessidades especiais.

A Sanasa promove o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores mediante concessão de subsídios para o custeio de despesas decorrentes de cursos regulares em nível técnico (2º grau), de graduação e pós-graduação, desde que o curso tenha relação direta com as atividades desenvolvidas e área de atuação do empregado. Em 2024, foram realizadas 14.262,50 horas de treinamento pelos empregados de áreas operacionais e administrativas, com uma média de 7,04 horas por pessoa.

10. Balanço Social

A Sanasa apresenta seu Balanço Social com o objetivo de reforçar a transparência e prestar contas aos seus empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e à comunidade em geral. A Companhia adota o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), com a inclusão de alguns indicadores adicionais relacionados ao corpo funcional.

Balanço social anual

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

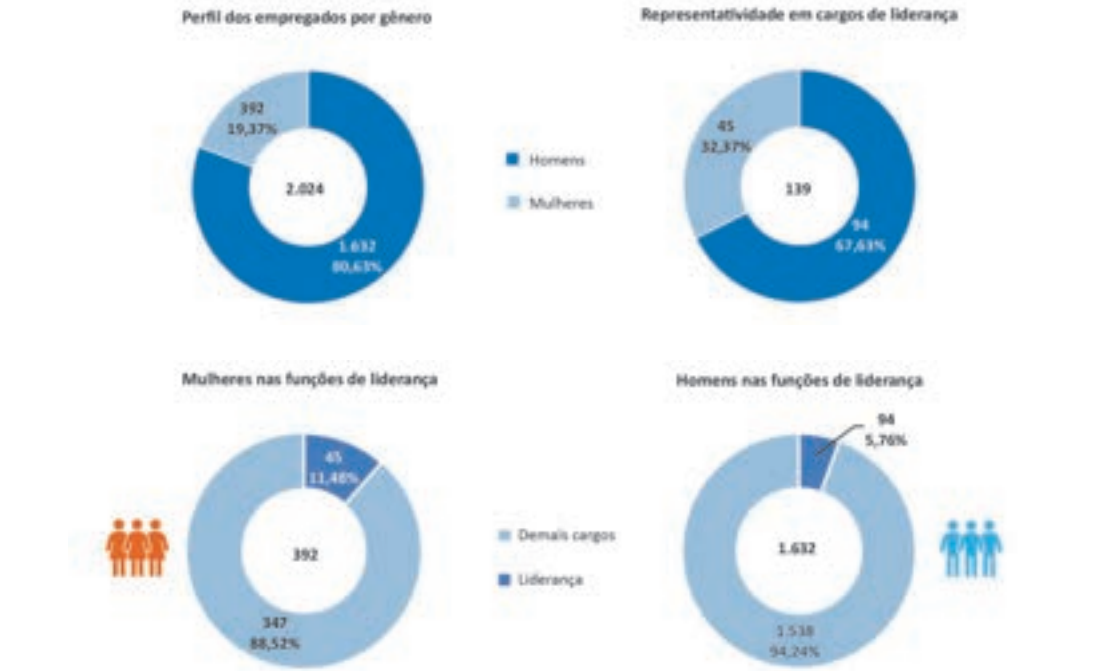
(*Em milhares de Reais*)

1 - Base de Cálculo	2024			2023		
	R\$ mil			R\$ mil		
Receita líquida (RL)	1.420.548			1.266.709		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (RO)	202.549			119.509		
Folha de pagamento bruta (FPB)	553.040			530.446		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	58.599	10,60%	4,13%	53.406	10,07%	4,22%
Encargos sociais compulsórios	111.100	20,09%	7,82%	103.345	19,86%	8,32%
Previdência privada	9.570	1,73%	0,67%	9.184	1,73%	0,73%
Saúde	17.027	3,08%	1,20%	17.481	3,30%	1,38%
Segurança e saúde no trabalho	9.128	1,65%	0,64%	9.687	1,83%	0,76%
Educação	705	0,13%	0,05%	789	0,15%	0,06%
Cultura	—	0,00%	0,00%	—	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	643	0,12%	0,05%	598	0,11%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	319	0,06%	0,02%	322	0,06%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	37.592	6,80%	2,65%	30.283	5,71%	2,39%
Transporte	5.329	0,96%	0,38%	5.445	1,03%	0,43%
Outros	11.857	2,14%	0,83%	18.131	3,42%	1,43%
Total - Indicadores sociais internos	261.870	47,35%	18,43%	250.672	47,26%	19,79%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.344	1,16%	0,17%	1.606	1,34%	0,13%
Cultura	3.426	1,69%	0,24%	2.826	2,36%	0,22%
Saúde e saneamento	18.087	8,93%	1,27%	16.777	14,04%	1,32%
Esporte	1.814	0,90%	0,13%	1.626	1,36%	0,13%
Combate à fome e segurança alimentar	—	0,00%	0,00%	—	0,00%	0,00%
Outros	3.440	1,70%	0,24%	3.104	2,60%	0,25%
Total das contribuições para a sociedade	29.110	14,37%	2,05%	25.939	21,70%	2,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	78.365	38,69%	5,52%	64.808	54,23%	5,12%
Total - Indicadores sociais externos	107.475	53,06%	7,57%	90.747	75,93%	7,16%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.636	1,80%	0,26%	3.525	2,95%	0,28%
Construção da EPAR Boa Vista	3.636	1,80%	0,26%	3.525	2,95%	0,28%
Outros Gastos	25.856	12,77%	1,82%	14.121	11,82%	1,11%
Remoção de Lodo	25.856	12,77%	1,82%	14.121	11,82%	1,11%
Taxas e Contribuição diversas da operação	1.182	0,58%	0,08%	3.038	2,54%	0,24%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)	570	0,28%	0,04%	653	0,55%	0,05%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	189	0,09%	0,01%	100	0,08%	0,01%
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) ¹	—	0,00%	0,00%	2.264	1,89%	0,18%
Consórcio Interm. das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)	422	0,21%	0,03%	21	0,02%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	195	0,10%	0,01%	2.422	2,03%	0,19%
Total dos investimentos em meio ambiente	26.051	12,86%	1,83%	16.543	13,84%	1,31%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2024			2023		
Número de empregados(as) ao final do período	2.024			2.058		
Número de admissões no período	21			30		
Número de desligamentos no período	55			109		
Número de reintegrados no período	0			0		
Número de empregados(as) terceirizados(as) ao final do período	1.457			1.372		
Número de estagiários(as) ao final do período	79			65		
Número de jovens aprendizes ao final do período	63			65		
Número de empregados(as) acima de 45 anos ao final do período	1.231			1.178		
Número de mulheres que trabalham na empresa ao final do período	392			395		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	32,37%			32,85%		
Idade média das mulheres em cargos de chefia	56			56		
Salário médio das mulheres	11.344			10.652		
Idade média dos homens em cargos de chefia	54			53		
Salário médio dos homens	8.125			7.516		
Número de negros(as) e pardos(as) que trabalham na empresa ao final do período	581			583		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) e pardos(as)	10,07%			8,03%		
Idade média dos cargos de chefia ocupados por negros(as) e pardos(as)	51			50		
Salário médio dos(as) negros(as) e pardos(as)	6.418			5.796		
Número de brancos(as) que trabalham na empresa ao final do período	1.426			1.458		
Salário médio dos(as) brancos	9.724			9.073		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais ao final do período	143			143		
Salário médio das pessoas com necessidades especiais	6.303			5.844		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa ²	27,02			27,02		
Número total de acidentes de trabalho	67			70		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)			(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa (X) não se envolve			() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa (X) não se envolve		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT () direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT () direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos () não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva			() não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos () não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 707 no Procon: 106 na Justiça: 169			na empresa: 746 no Procon: 202 na Justiça: 86		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100% no Procon: 100% na Justiça: 100%			na empresa: 100% no Procon: 100% na Justiça: 100%		
Número de reclamações na ouvidoria:	3.924, sendo 85% resolvidas em até 3 dias úteis e 47% avaliadas com ótimo ou bom			4.575, sendo 85,6% resolvidas em até 3 dias úteis e 62% avaliadas com ótimo ou bom		
% das manifestações da ouvidoria:	13% corte/religação 13% valor da fatura ou consumo alto 9% débitos pendentes 7% falta de água 6% emissão de 2ª via de fatura			17% segunda via de fatura 14% valor da fatura ou consumo alto 11% débitos pendentes 8% falta de água 7% reparo na via ou no passeio		
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil)	Em 2024: R\$ 1.057.984 16,41% governo			Em 2023: R\$ 942.266 16,72% governo		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	45,28% colaboradores(as) 17,83% acionistas 20,48% terceiros			48,85% colaboradores(as) 11,87% acionistas 22,56% terceiros		

CNPJ da Sanasa: 46.119.855/0001-37 - Setor Econômico: Utilidade Pública / Água e Saneamento - Sede da Companhia: Campinas (SP). Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Gerência de Controladoria / Telefone: (19) 3735-5190 - E-mail: antonio.moreira@sanasa.com.br. Esta Companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

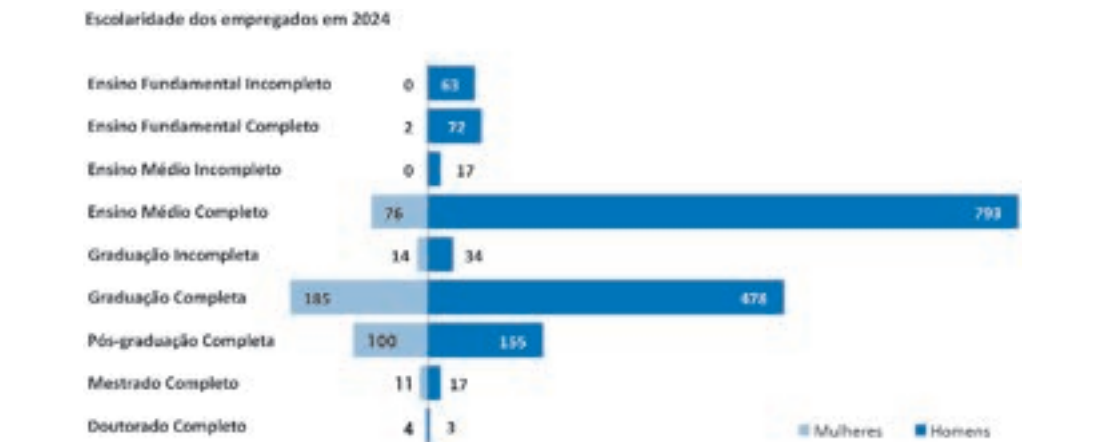
¹ Em 2024, não houve cobrança pelo uso de recursos hídricos dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá por alteração de procedimentos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

² A partir do exercício de 2022 não foi considerado o salário dos aprendizes Senai no cálculo.



Perfil dos empregados por escolaridade - 2021 a 2024

Descrição	2021	2022	2023	2024
Ensino Fundamental Incompleto	81	72	66	63
Ensino Fundamental Completo	110	89	76	74
Ensino Médio Incompleto	21	25	18	17
Ensino Médio Completo	1.081	930	894	869
Graduação Incompleta	82	73	57	48
Graduação Completa	655	684	661	663
Pós-graduação Completa	82	228	247	255
Mestrado Completo	15	32	32	28
Doutorado Completo	4	4	7	7
Total	2.131	2.137	2.058	2.024



9. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

A Sanasa mantém contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações contábeis do exercício de 2024, e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as Informações Contábeis Intermediárias dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2024. A BDO também foi contratada para os seguintes serviços: asseguarção limitada do Relatório Operacional em Forma Longa, para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, e do Relatório de Sustentabilidade, ambos relativos ao exercício de 2024; revisão do Formulário de Referência, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes; revisão tributária dos procedimentos adotados na determinação das bases de cálculo, apuração e recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024; revisão crítica no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que engloba a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) e a EFD-Contribuições, dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024; revisão crítica no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que engloba a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e a Escrituração Contábil Digital (ECD) do período findo em 31 de dezembro de 2024; e também para a elaboração de Relatório do Auditor Independente sobre o cumprimento de índices financeiros (*covenants*), especificamente para o contrato perante o *International Finance Corporation* - IFC, no idioma Português e tradução para o Inglês (*Free Translation*), do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

<



continuação >>>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
Em milhares de Reais							
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.988	320.445	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	12	215.042	112.186
Contas a receber	5 e 16	263.764	264.586	Fornecedores	13	99.221	83.407
Estoques	6	28.173	24.944	Salários e encargos sociais	17	62.949	69.766
Impostos e contribuições a compensar	7	2.721	1.312	Provisões para benefícios a empregados	18	26.273	23.337
Despesas antecipadas	—	6.796	5.774	Impostos e contribuições a recolher	14	20.450	19.856
Outros ativos	—	6.169	236	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	16	—	5.859
Total do ativo circulante		512.611	617.297	Subvenções governamentais	20	9.291	9.019
				Outras contas a pagar	—	11.757	11.414
				Total do passivo circulante		444.983	334.844
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	12	1.320.577	1.188.220
Ativos fiscais diferidos	15	9.526	9.948	Provisões para benefícios a empregados	18	16.703	28.875
Aplicações financeiras	8	25.645	19.740	Subvenções governamentais	20	132.106	141.469
Contas a receber	5 e 16	69.561	44.842	Outras contas a pagar	—	1.460	1.426
Depósitos judiciais	19.4	60.373	65.825	Passivos fiscais diferidos	15	9.232	8.197
Outros ativos	—	5.139	5.104	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	12.887	19.779
Total do realizável a longo prazo		170.244	145.459	Total do passivo não circulante		1.492.965	1.387.966
Investimentos	—	259	270	Patrimônio Líquido			
Imobilizado e arrendamento	9	1.932.061	1.616.931	Capital social	21.1	600.534	600.534
Intangível	10	48.473	34.344	Ações em tesouraria	21.2	(30)	—
Total do ativo não circulante		2.151.037	1.797.004	Reservas de capital	—	23	23
				Reservas de lucros	21.5	60.422	41.792
				Dividendo adicional proposto	21.3	70.004	64.147
				Outros resultados abrangentes	—	(5.253)	(15.005)
				Total do patrimônio líquido		725.700	691.491
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.663.648	2.414.301
Total do ativo		2.663.648	2.414.301				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023											
Em milhares de Reais											
	Capital social realizado	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Total	
				Incentivos governamentais	Para investimentos	Legal					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	508.210	–	1.946	9.951	74.957	5.493	–	48.742	(15.612)	633.687	
Dividendo adicional de 2022	–	–	–	–	–	–	–	(48.742)	–	(48.742)	
Capitalização de reservas	92.324	–	(1.923)	(9.951)	(74.957)	(5.493)	–	–	–	–	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	111.798	–	–	111.798	
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	607	607	
Destinação proposta à AGO:											
Reserva legal	–	–	–	–	–	5.139	(5.139)	–	–	–	
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	–	27.641	–	(27.641)	–	–	–	
Reserva de Incentivos governamentais	–	–	–	9.012	–	–	(9.012)	–	–	–	
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(5.859)	–	–	(5.859)	
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	(30.006)	30.006	–	–	
Juros sobre capital próprio proposto	–	–	–	–	–	–	(34.141)	34.141	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	600.534	–	23	9.012	27.641	5.139	–	64.147	(15.005)	691.491	
Ações em tesouraria adquiridas	–	(30)	–	–	–	–	–	–	–	(30)	
Dividendo adicional de 2023	–	–	–	–	–	–	–	(64.147)	–	(64.147)	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	188.641	–	–	188.641	
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	9.752	9.752	
Destinação proposta à AGO:											
Reserva legal	–	–	–	–	–	8.978	(8.978)	–	–	–	
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	–	561	–	(561)	–	–	–	
Reserva de Incentivos governamentais	–	–	–	9.091	–	–	(9.091)	–	–	–	
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(10.234)	–	–	(10.234)	
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	(127.011)	70.004	–	(57.007)	
Juros sobre capital próprio proposto	–	–	–	–	–	–	(32.766)	–	–	(32.766)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	600.534	(30)	23	18.103	28.202	14.117	–	70.004	(5.253)	725.700	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023		
Em milhares de Reais		
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Abastecimento de água e saneamento	1.403.388	1.276.032
Prestação de serviços	69.557	38.930
Redes de água e esgoto	9.047	6.625
Outras receitas (despesas) operacionais	86.865	63.151
Receitas relativas à construção de ativos próprios	20.958	22.385
Perdas com créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(81.275)	(80.490)
	1.508.540	1.326.633
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços vendidos	(286.509)	(217.813)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.390)	(99.999)
Matérias-primas consumidas	(39.986)	(42.332)
	(425.885)	(360.144)
Valor adicionado bruto	1.082.655	966.489
Depreciação, amortização e exaustão	(95.259)	(83.701)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	987.396	882.788
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	70.588	59.478
Valor adicionado total a distribuir	1.057.984	942.266
Distribuição do valor adicionado		
	1.057.984	942.266
Pessoal e Encargos		
	479.045	460.314
Remuneração direta	351.687	332.503
Benefícios	102.844	104.411
F.G.T.S.	24.514	23.400
Impostos, Taxas e Contribuições		
	173.643	157.574
Federais	160.876	145.880
Estaduais	5.329	4.727
Municipais	7.438	6.967
Remuneração de Capitais de Terceiros		
	216.655	212.580
Juros	120.840	103.389
Aluguéis	36.283	30.229
Outras	59.532	78.962
Remuneração de Capitais Próprios		
	188.641	111.798
Juros sobre o capital próprio	32.766	34.141
Dividendos	137.245	35.865
Lucros retidos	18.630	41.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023		
Em milhares de Reais		
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social	202.549	119.509
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	95.259	83.701
Custos das baixas do ativo imobilizado e intangível	302	1.938
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	78.831	69.941
Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosa	2.444	10.548
Tributos diferidos e a compensar	1.457	277
Juros sobre financiamentos	145.432	124.840
Subvenções governamentais realizadas	(9.088)	(9.010)
Encargos financeiros antecipados	–	2.956
Encargos financeiros arrendamentos	17.188	11.992
Variações monetárias sobre financiamentos	16.353	19.045
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	9.752	607
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	(6.892)	14.814
Ajustes arrendamentos	(1.443)	(722)
Perda estimadas para redução ao valor recuperável	–	1.075
	552.144	451.511
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimento a faturar	(111.593)	(126.176)
Estoques	(3.229)	(4.104)
Contas a pagar a fornecedores	15.816	10.570
Contas a pagar a empregados	(11.090)	(26.518)
Receitas (despesas) antecipadas	483	(1.017)
Juros pagos	(146.292)	(111.894)
Pagamento/restituição da CSLL	(14.915)	(10.349)
Depósitos vinculados	(5.905)	(4.847)
	(276.725)	(274.335)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	275.419	177.176
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(394.230)	(307.638)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(394.230)	(307.638)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos obtidos	307.839	614.396
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(170.011)	(55.004)
Amortizações de financiamentos	(94.509)	(152.660)
Pagamentos de passivos por arrendamento	(39.935)	(37.709)
Ações em tesouraria	(30)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.354	369.023
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(115.457)	238.561
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	320.445	81.884
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	204.988	320.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



continuação »»

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (“Sanasa” ou “Companhia”), com sede na Avenida da Saudade, 500, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, e regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974. A Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) detém a participação majoritária da Sanasa.

A Companhia tem por objeto social planejar, executar, fiscalizar, operar e manter os serviços públicos e privados de saneamento básico, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia gerada em suas unidades para si ou para terceiros, comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, utilização de redes para a instalação de fibras óticas, prestação de serviço de assessoria, consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Sanasa e para o Município de Campinas, dentro ou fora de seus limites territoriais, no Brasil ou no exterior, asseguradas, em caráter prioritário, as condições de correta e adequada operação e administração dos serviços de atendimento sanitário no Município de Campinas.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, a Companhia também ficou autorizada a participar de outras sociedades, empresas públicas ou sociedades de economia mista nacionais e internacionais, caso haja viabilidade econômico-financeira que resulte em lucros para a Sanasa, além de poder constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A Sanasa não possui ações negociáveis, porém está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta, na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários), sob o código nº 1624-1, desde 29 de abril de 1997.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2025.

2.2 Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios e, portanto, avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para a continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, razão pela qual as Demonstrações Contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Por ser uma empresa de economia mista, a Sanasa não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme estabelecido no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2.3 Base de mensuração

O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis da Companhia é o Real. Para fins de apresentação, as Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

Notas Explicativas	Políticas contábeis que refletem estimativas e julgamentos significativos
5	Ajuste a valor presente e Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa
9 e 12	Arrendamentos
11	Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros
18	Provisões para benefícios a empregados
19	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são consistentes em todos os exercícios apresentados. Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças significativas nestas práticas, e tampouco nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para melhor compreensão, as principais políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (*“Sale and Leaseback”*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. Essas alterações não tiveram efeito nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As emendas exigem que as entidades forneçam certas informações específicas relacionadas a Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, *Reverse factoring*, *Confirming* e/ou assemelhadas, que envolvam a Companhia e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

O IASB emitiu/revisou algumas normas que terão adoção para o exercício de 2025 ou após:

IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025.

IFRS 7/CPC 40 (R1) - Divulgação de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

IFRS 9/CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação: Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS, com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que essas novas normas e alterações possam ter em suas Demonstrações Contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

3.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do IBS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras não vinculadas. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras qualificadas como equivalentes de caixa possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	5.682	3.122
Aplicações financeiras	199.306	317.323
Total de caixa e equivalentes de caixa	204.988	320.445

As aplicações financeiras são constituídas por fundo de renda fixa, remuneradas por taxas variáveis de 82,43% a 99,00% do CDI. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29.2.

5 CONTAS A RECEBER

Prática Contábil:

a) Contas a Receber:

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, bem como as receitas de abastecimento de água e saneamento ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, com base no consumo estimado entre a data de medição da última leitura até o final do período contábil.

b) Ajuste a Valor Presente:

As contas a receber provenientes de contratos de prestação de serviços e de parcelamento de contas de água, esgoto e demais serviços, registrados tanto no circulante quanto no não circulante, são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, e condições de pagamento prefixadas nas datas das respectivas transações.

c) Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa:

Com o intuito de estimar os montantes de perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, com base no histórico de perdas da Companhia.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Água e esgoto - consumidores	246.183	267.554
Água e esgoto - partes relacionadas	11.100	7.557
Contratos de prestação de serviços - consumidores	37.656	31.982
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas	157	161
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	141.999	93.191
Perdas com créditos de liquidação duvidosa (Lei 9.430/1996)	(31.339)	(26.755)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(50.052)	(47.608)
Ajustes a valor presente	(22.379)	(16.654)
Total líquido de contas a receber	333.325	309.428
Ativo Circulante	263.764	264.586
Ativo Não Circulante	69.561	44.842

O grupo de contas a receber apresentou um aumento na ordem de 7,72% ou R\$ 23.897 (R\$ 333.325, em 31 de dezembro de 2024, ante R\$ 309.428 em 31 de dezembro de 2023), determinado pelo aumento dos parcelamentos com as renegociações de contas em atraso. A tabela a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	307.549	269.366
Vencidos:		
Até 1 mês	51.189	50.665
Entre 1 e 3 meses	18.816	22.824
Entre 3 e 6 meses	18.692	23.248
Entre 6 e 12 meses	6.088	4.981
Acima de 12 meses	34.761	29.361
Subtotal	437.095	400.445
(–) Perdas	(81.391)	(74.363)
(–) Ajuste a valor presente	(22.379)	(16.654)
Total líquido de contas a receber	333.325	309.428

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e estimativas de inadimplências futuras totalizaram R\$ 50.052 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 47.608 em 31 de dezembro de 2023), enquanto as perdas efetivas com créditos de liquidação duvidosa foram de R\$ 31.339 (R\$ 26.755 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(74.363)	(59.065)
Constituição/(Reversão)	(8.559)	(16.057)
Recuperações	1.531	759
Saldo final	(81.391)	(74.363)

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29.2.

6 ESTOQUES

Prática Contábil:

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, e inclui todos os gastos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Quando aplicável, é constituída uma perda estimada em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	20.084	17.319
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	4.070	3.434
Materiais químicos	1.878	1.718
Materiais de expediente e consumo	985	1.160
Outros	1.156	1.313
Total de estoques	28.173	24.944

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Os impostos e contribuições a compensar apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
CSLL paga por estimativa	1.830	490
Impostos e contribuições retidos - órgãos públicos	507	460
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	353	334
INSS a compensar	31	28
Total de impostos e contribuições a compensar	2.721	1.312
Ativo Circulante	2.721	1.312

(a) Os valores de CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos do exercício de 2009, referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior, sendo que a CSLL paga por estimativa durante o ano corrente, até o momento, não foram utilizados na sua totalidade, pois nas duas primeiras compensações por PER/DCOMP foram gerados pela Receita Federal do Brasil os processos administrativos 10.830.903.090/2013-04 e 10.830.903.253/2013-41, que encontram-se em fase de análise da manifestação de inconformidade, bloqueando a utilização do valor constante do balanço.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras apresentam a seguinte composição:

Contratos	Data	Obra	Previsão de resgate	31/12/2024	31/12/2023
PRODES-075/2016 (a)	27/12/2017	ETE Boa Vista	–	12.964	11.748
157.950-07 (b)	12/04/2004	Sistema Anhumas	Agosto/2044	652	588
20/308.070-2 (b)	12/04/2004	ETE Sousas	Agosto/2044	111	101
20/308.073-6 (b)	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Agosto/2044	72	65
20/299.470-5 (b)	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Agosto/2044	316	285
410.018-73/13 (b)	04/12/2015	Abastecimento de água	Agosto/2044	781	705
423.127-67/14 (b)	17/11/2015	Esgotamento sanitário Palmares	Agosto/2044	271	244
423.126-53/14 (b)	09/05/2014	ETE Boa Vista	Agosto/2044	219	197
520.217-27	23/09/2019	Troca de rede de água	Agosto/2044	6.314	4.636
526.794-49/21	11/05/2023	Retrofit ETE Anhumas	Agosto/2044	47	26
441.917-02 (c)	26/09/2017	Saneamento para Todos - Melhoria sist. água	Agosto/2044	769	377
441.921-63 (c)	26/09/2017	Saneamento para Todos - Esgoto sanitário	Agosto/2044	1.566	768
CCB 511.500.756 (d)	06/12/2024	BB RF Ref DI TP FI	Novembro/2034	1.563	–
Total de aplicações financeiras				25.645	19.740
Ativo Não Circulante				25.645	19.740

(a) Caixa Econômica Federal - FIF Despoluição Bacias Hidrográficas: Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). O valor desembolsado pelo PRODES para a consecução do objeto deste contrato é de R\$ 7.300. Este montante será pago à Companhia em 12 (doze) parcelas trimestrais e sucessivas. A ETE já está em plena operação, mas ainda aguarda a certificação da Agência Nacional de Águas (ANA).

(b) Caixa Econômica Federal - FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva: Conta de titularidade da Sanasa, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplimento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

(c) Caixa Econômica Federal - Programa Saneamento Para Todos: Conta de titularidade da Sanasa, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento do Programa de Saneamento Para Todos. Os recursos dessa conta correspondem à contrapartida de 10% do valor total do investimento, destinados à regularização de eventual inadimplimento. Os resgates ocorrerão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

(d) Banco do Brasil: Conta de titularidade da Sanasa, não movimentável pelo titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante o período de vigência do contrato de empréstimo para capital de giro. As contas vinculadas se tratam de aplicações financeiras em renda fixa, com rentabilidade diária, remuneradas por taxas variáveis de 81,86% a 94,60% do CDI.

9 IMOBILIZADO E ARRENDAMENTO

Prática Contábil:

a) Imobilizado:

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção periódica do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b) Arrendamentos:

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato, reconhecendo um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja a arrendatária, com exceção dos arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilização do ativo para uso, considerando o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento.

A Companhia arrenda veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, equipamentos e imóveis. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado ao final do contrato. O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado, sendo que o arrendador deve substituir imediatamente e de forma automática todos os veículos que completarem 120.000 quilômetros percorridos, por outros veículos zero quilômetro, nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em “ativo imobilizado”. O passivo de arrendamento é demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

c) Depreciação:

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



continuação >>>

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão demonstradas nesta Nota Explicativa.

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa média anual depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	–	31.034	–	31.034	29.294
Edificações	2%	90.122	(34.610)	55.512	53.328
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	4%	152.659	(62.948)	89.711	86.451
Sistema Operativo de Esgoto	4%	803.401	(380.956)	422.445	357.119
Sistema Operativo de Água	2%	785.249	(165.494)	619.755	468.832
Instalações Gerais	10%	321.952	(266.148)	55.804	40.315
Móveis e Utensílios	10%	14.765	(12.208)	2.557	2.304
Máquinas e Equipamentos	10%	138.480	(98.896)	39.584	32.950
Computadores e Periféricos	20%	19.935	(12.615)	7.320	5.636
Veículos	20%	13.861	(13.385)	476	976
Máquinas Operatrizes	10%	8.995	(8.409)	586	765
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	17.327	(11.722)	5.605	6.327
Arrendamento em Direito de Uso	20%	139.510	(39.500)	100.010	97.409
Obras em Andamento	–	501.662	–	501.662	435.225
Total do ativo imobilizado		3.038.952	(1.106.891)	1.932.061	1.616.931

Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	31.034	–	–	1.740	29.294
Edificações	90.122	196	–	3.285	86.641
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	152.659	200	–	8.867	143.592
Sistema Operativo de Esgoto	803.400	15.631	–	75.176	712.593
Sistema Operativo de Água	785.249	13.274	–	149.580	622.395
Instalações Gerais	321.953	1.899	(20)	21.659	298.415
Móveis e Utensílios	14.765	740	(159)	(85)	14.269
Máquinas e Equipamentos	138.480	6.055	(2.773)	7.682	127.516
Computadores e Periféricos	19.935	3.549	(349)	–	16.735
Veículos	13.862	8	(1.115)	–	14.969
Máquinas Operatrizes	8.995	–	–	–	8.995
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	17.326	–	–	–	17.326
Arrendamento em Direito de Uso	139.510	54.503	(36.119)	–	121.126
Obras em Andamento	501.662	332.977	–	(266.540)	435.225
Total do ativo imobilizado	3.038.952	429.032	(40.535)	1.364	2.649.091

Movimentação da depreciação acumulada do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(34.610)	(1.297)	–	–	(33.313)
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	(62.948)	(5.807)	–	–	(57.141)
Sistema Operativo de Esgoto	(380.956)	(25.482)	–	–	(355.474)
Sistema Operativo de Água	(165.494)	(11.931)	–	–	(153.563)
Instalações Gerais	(266.148)	(8.057)	9	–	(258.100)
Móveis e Utensílios	(12.209)	(394)	150	–	(11.965)
Máquinas e Equipamentos	(98.896)	(6.907)	2.577	–	(94.566)
Computadores e Periféricos	(12.613)	(1.855)	341	–	(11.099)
Veículos	(13.385)	(507)	1.115	–	(13.993)
Máquinas Operatrizes	(8.409)	(179)	–	–	(8.230)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(11.723)	(724)	–	–	(10.999)
Arrendamento em Direito de Uso	(39.500)	(27.954)	12.171	–	(23.717)
Total da depreciação do ativo imobilizado	(1.106.891)	(91.094)	16.363	–	(1.032.160)
Saldo líquido do ativo imobilizado	1.932.061	337.938	(24.172)	1.364	1.616.931

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2024 foi de R\$ 374.529 (R\$ 298.763, em 2023).

Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto à CAIXA, com taxas que variam de 6,5% a 6,7% ao ano, destinados às obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

Descrição das Obras	31/12/2024	31/12/2023
Adutora de Água Bruta Captação Atibaia	663	217
Ampliação da ETE Nova América	236	80
Ampliação do SES Bairro Village	113	–
Ampliação do SES Chácaras Leandro	13	–
Ampliação do SES Vale das Garças	118	–
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Campo Grande	436	247
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Conceição	114	64
Centro de Reservação e Distribuição - CRD DIC V	108	61
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Jambeiro	90	51
Centro de Reservação e Distribuição - CRD João Erbolato	83	58
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Nova Europa	73	51
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Ozziel e Monte Cristo	102	58
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Paranapanema	149	85
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Ponte Preta	167	95
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Profluirb	358	203
Centro de Reservação e Distribuição - CRD PUCC II	335	189
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Real Parque	221	125
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Santa Terezinha	131	74
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Sousas	311	176
Centro de Reservação e Distribuição - CRD Taquaral	263	149
Estação Produtora de Água de Reuso - EPAR Anhumas	173	60
EPAR Boa Vista	1.805	2.492
Expansão do sistema de esgotamento Capivari II	–	10
Recuperação Redes de água Jd. das Palmeiras e Bairro das Palmeiras	867	427
Recuperação Redes de água Jd. Sta. Lúcia, Pq. Valença II e Jd. Ieda	1.502	834
Retrofit da ETE Piçarrão	625	–
Reversão da ETE Vó Pureza em E.E.E	40	–
SES do Coletor tronco Jd. Nova Mercedes, Jd. Icarai e rede coletora Jd. Irajá	75	–
SES Santa Cândida parte 4	15	–
Sistema de Abastecimento de Água Bairro Bananal	197	112
Sistema de Abastecimento de Água Bairro Gargantilha	281	159
Sistema de Abastecimento de Água Bairro Monte Belo	167	95
Sistema Esgotamento Gramado II e região 1ª etapa	36	48
Sistema Esgotamento Região Campos Elíseos	37	59
Sistema Esgotamento San Martin	230	78
Sistema Esgotamento Sanitário Núcleo Residencial Santo Antonio	–	89
Troca de Redes de Água Bairros Jd. Santana, Jd. Bela Vista bloco II e Jd. Bela Vista	1.674	1.165
Troca de Redes de Água Bairros S. Vicente, S. Pedro, S. Gabriel, Tupi e outros	–	337
Troca de Redes de Água Bairros Vl. Boa Vista, Jd. Eulina bloco II e Pq. Fazendinha	743	568
Troca de Redes de Água Cidade Jardim, Jd. do Lago I, Jd. Novo Campos Elíseos	1.145	875
Troca de Redes de Água de Sousas bloco I, Joaquim Egídio, Vl. Sonia	295	534
Troca de Redes de Água Jd. Botafogo e Castelo Branco	–	177
Troca de Redes de Água Jd. do Lago Bloco II	476	64
Troca de Redes de Água Jd. Dom Bosco, Jd. Leonor e Bonfim	–	313
Troca de Redes de Água Jd. Garcia, Pe. Manuel da Nóbrega e Jd. Paulicéia	–	292
Troca de Redes de Água Vila Independência, Tácio Camargo e Antonio Pierozzi	157	769
Total de juros capitalizados	14.624	11.540

10 INTANGÍVEL

Prática Contábil:

a) Intangível:

Refere-se a ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente e formados por Direito de uso de software e Permissão de uso de solo, registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A Companhia não opera por contrato de concessão, portanto, não alcançada pela ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão.

b) Amortização:

É reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

O Intangível apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa média anual amortização (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso de software	20%	62.576	(36.492)	26.084	11.891
Permissão de uso de solo	4%	30.679	(8.290)	22.389	22.453
Total do ativo intangível		93.255	(44.782)	48.473	34.344

Movimentação do custo do ativo intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Direito de uso de software	62.576	16.895	–	376	45.305
Permissão de uso de solo	30.679	2.815	(63)	(1.740)	29.667
Total do ativo intangível	93.255	19.710	(63)	(1.364)	74.972

Movimentação da amortização do ativo intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Direito de uso de software	(36.492)	(3.078)	–	–	(33.414)
Permissão de uso de solo	(8.290)	(1.087)	11	–	(7.214)
Total da amortização do ativo intangível	(44.782)	(4.165)	11	–	(40.628)
Saldo líquido do ativo intangível	48.473	15.545	(52)	(1.364)	34.344

11 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT) DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Prática Contábil:

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

O valor em uso é determinado com base nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que deve refletir o custo médio ponderado de capital (WACC) da Companhia.

Para os testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, que correspondem ao menor conjunto de ativos identificáveis que gera entradas de caixa, sendo essas entradas, em grande parte, independentes das entradas de outros ativos ou grupos de ativos. No caso da Sanasa, as UGCs são compostas pelos segmentos de sistema operativo de água (ou "Água") e sistema operativo de esgoto (ou "Esgoto").

Caso o teste indique que o valor contábil de uma UGC é superior ao seu valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida no resultado da empresa.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o novo valor contábil do ativo não exceder o valor que seria apurado, líquidos de depreciação ou amortização, caso a perda não tivesse sido reconhecida, exceto no caso do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida ou ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Em 31 de dezembro de 2024, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (impairment) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa. As principais premissas adotadas pela Companhia para elaborar o estudo técnico foram as seguintes:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As entradas e saídas de caixa foram estimadas com base no desempenho passado e na projeção de inflação do Banco Central do Brasil;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de dez anos; e
- Foi utilizada uma taxa de desconto pré-imposto de 12,39% a.a., oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC).

A amplitude para a projeção do fluxo de caixa descontado de dez anos pela Companhia é justificada pelas seguintes razões:

- A Companhia está amparada, principalmente pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização. Nesse sentido, está sujeita às regras da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), que estabelece reajustes e revisões periódicas das tarifas, levando em consideração a inflação, os custos operacionais, o serviço da dívida e os investimentos realizados. A regulação tarifária contribui para a previsibilidade das receitas por um período prolongado;
- A prestação de serviços de saneamento possui uma demanda estável e crescente, o que proporciona uma previsibilidade maior nos fluxos de caixa da Companhia. Essa estabilidade também permite uma projeção mais longa, já que a Companhia deve continuar operando e fornecendo esses serviços ao longo de um período extenso;
- O setor de saneamento é caracterizado por ativos com vida útil prolongada, como sistemas de abastecimento de água, redes de esgoto, estações de tratamento e outros ativos corporativos. Esses ativos têm ciclos de vida que normalmente ultrapassam os 5 anos, exigindo uma projeção mais longa para refletir adequadamente seu valor recuperável. Nesse sentido, a vida útil média dos ativos corporativos da Companhia é de 35 anos;
- A Companhia realiza grandes investimentos em infraestrutura com retornos que se materializam ao longo de muitos anos. Para refletir esses investimentos, uma projeção de 10 anos é considerada mais apropriada; e
- O Plano Municipal de Saneamento Básico de Campinas, que tem por objetivo realizar um diagnóstico da situação dos serviços de saneamento no município para estabelecer diretrizes para otimizá-los, possui um horizonte de 20 anos, o que também justifica uma projeção superior a 5 anos;
- O prazo médio de concessões de saneamento no Brasil é de cerca de 33 anos, o que também corrobora para um horizonte de projeção acima de 5 anos.

Como resultado do teste de impairment realizado, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável de suas UGCs.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

Prática Contábil:

a) Empréstimos e financiamentos:

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

b) Arrendamentos:

Os compromissos relacionados aos arrendamentos, líquidos dos encargos financeiros, são classificados nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com a vigência do contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental.

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, e com os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso, em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Os pagamentos de arrendamentos são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. Os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A composição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	1.426.606	1.197.788
Arrendamentos	109.013	102.618
Total de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.535.619	1.300.406
Passivo Circulante	215.042	112.186
Passivo Não Circulante	1.320.577	1.188.220

Instituições financeiras/Contratos	Vencimento final	Encargos	Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023
CAIXA - Saneamento para todos	2045	Variação da UPR mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a 0,7% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	549.126	413.459
BRK Ambiental - Capivari S.A.	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGP-M e TR, conforme contrato mais juros de 0.95% a.m.	28.131	32.358
Banco do Brasil	2034	Variação do CDI mais 2,50% a.a.	150.499	–
Banco Santander	2028	Variação do CDI mais juros fixos de 0,52% a.m. ou 4,50% a.a.	184.365	236.926
Corporación Andina de Fomento	2028	Variação do CDI mais 2,125% a.a.	246.523	246.865
Intemational Finance Corporation	2031	Variação do CDI mais 3% a.a.	267.962	268.180
Direito de uso veículos	2029	15,11%, 15,44%, 16,14%, 16,84%, 16,94%, 18,57% e 19,27% a.a.	61.068	54.551
Direito de uso máquinas operatrizes	2029	14,40%, 14,63%, 15,11%, 16,06%, 16,41% e 18,57% a.a.	74.694	79.314
Direito de uso imóveis	2027	16,94% a.a.	875	1.084
Direito de uso máquinas e equipamentos	2028	15,44%, 16,06%, 17,86% e 19,27% a.a.	4.762	6.309
(-) Encargos financeiros			(32.386)	(38.640)
Total de empréstimos, financiamentos e arrendamentos			1.535.619	1.300.406

Empréstimos e financiamentos	1.426.606	1.197.788
Arrendamentos	109.013	102.618

Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.197.788	709.353
Captações	307.839	614.398
Transferência	–	–
Juros	135.635	117.461
Atualização Monetária	16.353	19.068
Taxa de administração	9.793	7.378
Pagamentos	(240.802)	(272.827)
Principal	(94.509)	(160.933)
Juros	(136.444)	(104.645)
Taxa de administração	(9.849)	(7.249)
Realização encargos financeiros	–	2.957
Saldo no final do exercício	1.426.606	1.197.788

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos, financiamentos e arrendamentos possuíam o seguinte cronograma de amortização:

Instituições financeiras/Contratos	2025	2026	2027	2028	2029	Acima de 5 anos	Total
Caixa	29.761	26.737	27.659	28.637	29.676	406.656	549.126
BRK Ambiental	4.734	5.302	5.938	6.651	5.506	–	28.131
Banco do Brasil	499	1.562	18.750	18.750	18.750	92.188	150.499
Banco Santander	54.365	52.000	52.000	26.000	–	–	184.365
CAF - <i>Corporación Andina de Fomento</i>	74.409	68.846	68.846	34.422	–	–	246.523
IFC - <i>International Finance Corporation</i>	23.562	31.200	31.200	46.800	46.800	88.400	267.962
Arrendamentos - Direito de uso	27.712	32.477	32.265	13.667	2.892	–	109.013
Total	215.042	218.124	236.658	174.927	103.624	587.244	1.535.619



continuação »»

vii) Contrato nº 526.794-49, pela implantação das obras de melhoria e de modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Anhumas, com a execução do Retrofit para aprimorar a eficiência do tratamento e a melhor qualidade da água devolvida ao meio ambiente, atendendo uma população estimada de 257.692 habitantes, no montante de R\$ 126.094, sendo R\$ 119.790 de financiamento e R\$ 6.304 de contrapartida, sendo que já foi desembolsado para esta obra, até 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 3.588.

12.2 Empréstimos

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por percentuais dos faturamentos de contas de água e esgoto ou por aplicações financeiras específicas para esse fim.

a) Empréstimo obtido junto à Corporación Andina de Fomento - CAF

No dia 24 de abril de 2023, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto à CAF, no valor de USD 50 milhões, com pagamentos semestrais, prazo de carência de 18 meses, prazo de amortização do principal de 42 meses e taxa SOFR+2,70% a.a.

Referida operação financeira conta com Serviços de Gestão de Dívida, que abrange os Serviços de Proteção Cambial e de Proteção de Taxa de Juros, contratados pela Companhia perante a CAF. O Serviço de Proteção Cambial refere-se à proteção contra variações cambiais em relação ao empréstimo, por meio da definição da taxa de câmbio aplicável à conversão entre a moeda de pagamento (Dólares) e a moeda de referência (Reais) para o cálculo do fluxo de pagamentos da totalidade do empréstimo. O Serviço de Proteção de Taxa de Juros refere-se à proteção contra variações da taxa de juros em relação ao empréstimo, por meio da definição de taxa de juros de referência para o cálculo do fluxo de pagamentos da totalidade do empréstimo.

Em 30 de junho de 2023, foi concretizada a liberação do empréstimo pela CAF, no valor de R\$ 240.960. Em 04 de julho de 2023, a Companhia quitou integralmente as operações de empréstimos junto às instituições financeiras Bancos Sofisa S.A. e Banco Daycoval S.A., conforme estabelecido no contrato de empréstimo junto à CAF.

b) Empréstimo obtido junto à International Finance Corporation - IFC

Na data de 19 de maio de 2023, a Companhia firmou contrato de empréstimo junto à IFC, membro do Grupo do Banco Mundial, no valor de USD 50 milhões, com pagamentos semestrais, prazo de carência de 24 meses, prazo de amortização do principal de 72 meses e taxa CDI+3,00% a.a.

Em 18 de agosto de 2023, foi concretizada a captação do empréstimo pela IFC, no montante de R\$ 260.000. Os recursos dessa operação financeira estão sendo utilizados para pagamento de contrapartidas de investimentos financiados.

c) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander

Em 30 de maio de 2023, ocorreu a repactuação do contrato de empréstimo junto ao Banco Santander, que alongou o prazo de pagamentos de março de 2027 para maio de 2028, e as amortizações passaram de mensais para trimestrais. Os juros tiveram uma redução, passando de 7,19% a.a. mais CDI, para 4,50% a.a. mais CDI.

d) Empréstimo obtido junto ao Banco do Brasil

Em 04 de dezembro de 2024, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 150.000, com pagamentos mensais, prazo de carência de 24 meses, prazo de amortização do principal de 96 meses e taxa CDI+2,50% a.a.

A liberação do empréstimo pelo banco, no valor de R\$ 150.000, foi concretizada em 06 de dezembro de 2024. Os recursos desta operação financeira estão sendo utilizados para capital de giro da Companhia.

12.3 Covenants Financeiros

Os covenants financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

a) Covenants de contratos com a CAIXA

Índices	Metas
Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA	Igual ou inferior a 5,0

b) Covenants do contrato com o Banco Santander

Índices	Metas
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 4,0

c) Covenants do contrato com a CAF

Índices	Metas
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA/(Juros + Amortizações de financiamentos e arrendamentos)	Igual ou superior a 1,0
	Igual ou inferior a 2,5 em 2023
	Igual ou inferior a 3,0 de 2024 a 2025
	Igual ou inferior a 2,5 a partir de 2026

Passivo Total Líquido/Patrimônio

d) Covenants do contrato com a IFC

Índices	Metas
Dívida Líquida/EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0 de 2023 a 2028
	Igual ou inferior a 3,75 em 2029
	Igual ou inferior a 3,0 em 2030

Cobertura de Despesas de Juros

Cobertura de Serviço da Dívida Histórica

e) Covenants do contrato com o Banco do Brasil

Índices	Metas
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 4,0

A Companhia não apresenta nenhuma situação de descumprimento dos covenants financeiros dos contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024.

12.4 Covenants não financeiros

A Administração e os Assessores Jurídicos da Companhia realizam o monitoramento das cláusulas condicionadas ao cumprimento de "covenants" não financeiros, com o intuito de garantir que estão sendo cumpridas, e entendem que não houve descumprimento de covenants durante o exercício de 2024 até a data de aprovação destas Demonstrações Contábeis.

12.5 Evento subsequente

Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia firmou novo contrato de empréstimo junto à IFC, no valor de USD 50 milhões, com pagamentos semestrais, prazo de carência de 8 meses, prazo de amortização do principal de 72 meses e taxa SOFR+3,40% a.a.

Em 20 de fevereiro de 2025, os recursos foram liberados pela IFC em dólares, em conta da Sanasa no Banco Santander. Os valores, convertidos para Reais, foram disponibilizados à Sanasa em 24 de fevereiro de 2025, com proteção cambial e da taxa externa, por meio de uma swap com o Banco Santander, a uma taxa de CDI+3,5% a.a.

Os recursos provenientes dessa operação financeira estão sendo empregados no pagamento das contrapartidas de investimentos financiados.

13 FORNECEDORES

Prática Contábil:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	88.362	74.867
Materiais	7.817	7.483
Locação	3.042	1.057
Total de fornecedores	99.221	83.407

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda retido na fonte	10.957	10.175
COFINS	4.201	5.052
PIS	910	1.095
ISS sobre serviços de terceiros	2.230	1.635
FUNDAP (a)	1.213	1.211
Outros	939	688
Total das obrigações fiscais	20.450	19.856
Passivo Circulante	20.450	19.856

(a) Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana.

15 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

A Companhia goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, conforme o trânsito em julgado da ação declaratória (proc. nº 0011866-23.2008.403.6105), ocorrido em 15 de agosto de 2018.

A contribuição social é registrada com base no lucro tributável e alíquota vigente de 9%. A contribuição social diferida foi calculada com base na alíquota de 9%, nos termos da NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro.

A contribuição social diferida decorre da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, levando em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Um ativo de contribuição social diferida é reconhecido em relação a perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e poderão ser utilizados.

Os ativos e passivos de contribuição social diferida são revisados em cada data de reporte e serão reduzidos sempre que a sua realização não for mais provável.

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado, a menos que esteja relacionada a itens do patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não envolvem questões passíveis de questionamento pelas autoridades fiscais federais, tais como aquelas decorrentes de interpretação tributária diversa, nos termos da IFRIC 23/ITG 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	202.549	119.509
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	(18.229)	(10.756)
Doações e despesas indedutíveis	(2.154)	(1.388)
Arrendamento mercantil	823	1.444
Reserva especial realizada	(1)	(159)
Juros sobre o capital próprio	3.870	3.600
Subvenções governamentais	818	811
Outros resultados abrangentes	1.024	(1.283)
Precatórios	17	65
Multas indedutíveis	(13)	(24)
CSLL exercícios anteriores	–	(21)
Gratificações a dirigentes	(63)	–
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	(13.908)	(7.711)
Alíquota efetiva	-6,87%	-6,45%
Contribuição social corrente	(13.415)	(7.495)
Contribuição social diferida	(493)	(216)

A composição dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos está demonstrada a seguir:

Ativo	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		31/12/2024	31/12/2023
Benefícios a empregados	(16.489)	(1.484)	1.055
Provisões trabalhistas	34.493	3.104	1.081
Ajustes a valor presente	22.379	2.014	1.499
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	50.052	4.505	4.285
Arrendamento mercantil	9.002	810	468
Provisões cíveis	4.885	440	430
Provisões fiscais	450	40	1.033
Perda estimada por redução ao valor recuperável	1.075	97	97
Total de ativos fiscais diferidos		9.526	9.948

Passivo	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		31/12/2024	31/12/2023
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	97.221	8.750	7.684
Parcela do lucro não realizado - órgãos públicos	3.372	303	335
Precatórios	1.984	179	178
Total de passivos fiscais diferidos		9.232	8.197

16 PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

Os principais saldos de ativos e passivos relativos a partes relacionadas decorrem do fornecimento de água tratada, bem como da prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, além do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. As pessoas físicas que exercem cargo de administração na Sanasa também são consideradas partes relacionadas.

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento, a Sanasa faturou junto à PMC e suas Secretarias o montante de R\$ 48.393 no exercício de 2024 (R\$ 39.463 em 2023). Com a prestação de outros serviços, a Sanasa obteve um faturamento de R\$ 236 (R\$ 126 em 2023).

Os valores a receber e a pagar à PMC estão detalhados a seguir:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos Sanasa (Nota Explicativa nº 5)				
Fornecimento de água e esgoto	11.100	–	7.557	–
Prestação de serviços	151	6	146	15
Total das partes relacionadas a receber	11.251	6	7.703	15

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	–	–	5.859	–
FUNDAP (a)	1.213	–	1.211	–
ISSQN	2.230	–	1.635	–
Total das partes relacionadas a pagar	3.443	–	8.705	–

(a) Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana.

No exercício de 2024, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R\$ 6.712 (R\$ 5.998 em 2023), que se refere a benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R\$ 1.575 (R\$ 1.398 em 2023) a título de encargos sociais.

17 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

A composição dos salários e encargos sociais é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	433	12.843
Provisão para férias	48.206	44.466
INSS	11.317	9.633
FGTS	2.993	2.824
Total	62.949	69.766
Passivo Circulante	62.949	69.766

18 PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Prática Contábil:

a) Participação no resultado:

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metas que levam em consideração o lucro líquido apurado, o nível de satisfação dos clientes, dentre outros indicadores operacionais e de gestão, conforme previamente estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

b) Benefícios pós-emprego:

São os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego, e incluem o plano de previdência privada, assistência médica pós-emprego, indenização por aposentadoria e por invalidez, e auxílio funeral.

A composição das provisões para benefícios a empregados é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Participação no resultado	25.532	22.639
Previdência privada - contribuição variável	741	698
Provisão de benefícios pós-emprego	16.703	28.875
Total das provisões para benefícios a empregados	42.976	52.212
Passivo Circulante	26.273	23.337
Passivo Não Circulante	16.703	28.875

18.1 Previdência privada - Contribuição Variável

O Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuem com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão. O Plano é totalmente desvinculado dos demais planos de benefícios administrados pela Petros, inexistindo solidariedade entre os mesmos e entre suas Patrocinadoras ou Instituidores.

18.2 Provisão de benefícios pós-emprego

A Companhia adota a NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados para o plano de previdência privada, assistência médica pós-emprego, indenização por aposentadoria por invalidez e auxílio funeral. Para atender às disposições da referida norma, a empresa Assistants Assessoria Consultoria e Participações Ltda. elaborou um relatório detalhado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, que embasa as informações contidas nesta Nota Explicativa.

a) Previdência privada

Por oferecer aos seus participantes a cobertura de benefícios de risco, faz-se necessária a avaliação atuarial do plano de Previdência Privada, para atendimento ao disposto na NBC TG 33 (R2) - Benefício a Empregados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía passivo relativo aos benefícios de risco. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo registrado relativo a esse benefício era de R\$ 8.625.

b) Assistência médica pós-emprego

A Companhia concede aos empregados aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais assistência médica por um período de 36 (trinta e seis) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-emprego no montante de R\$ 16.667 (R\$ 20.190 em 31 de dezembro de 2023).

c) Indenização por aposentadoria por invalidez

Nos casos de empregados que se aposentarem por invalidez permanente e que tiverem completado 5 (cinco) anos de serviço, a Companhia concede uma indenização equivalente a 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, além do valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de indenização por aposentadoria por invalidez no montante de R\$ 3 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2023).

d) Auxílio funeral

A Companhia cobre despesas com funeral do empregado, em atividade e/ou aposentado por invalidez, cônjuge/companheiro (a), ascendentes e descendentes de empregados. A Companhia subsidia o montante total das despesas com funeral, limitado ao valor do padrão conveniado com a SETEC - Serviços Técnicos Gerais de Campinas, e até 26,63% (vinte e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) do valor padrão conveniado com a SETEC para despesas com o funeral do cônjuge/companheiro (a), ascendentes ou descendentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de auxílio funeral no montante de R\$ 33 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das obrigações e ativos financeiros está demonstrada nas tabelas a seguir:

Descrição	31/12/2024					31/12/2023
	Previdência Privada	Assistência Médica	Indenização Apos. Invalidez	Auxílio Funeral	Total	
Obrigações no início do exercício	113.335	20.190	8	51	133.584	130.245
Custo do serviço corrente	855	278	1	3	1.137	1.429
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos) / Perdas atuariais	10.218	1.556	1	5	11.780	14.130
(–) Benefícios pagos no ano	(17.194)	(1.549)	(7)	(26)	(18.776)	(9.466)
Contribuições participantes	(9.909)	(3.808)	–	–	(13.717)	(12.283)
	9.355	–	–	–	9.355	9.529
Obrigações no final do exercício	106.660	16.667	3	33	123.363	133.584
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	104.710	–	–	–	104.710	93.779
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	11.272	–	–	–	11.272	12.678
Contribuições patronais	8.028	–	–	–	8.028	8.383
Contribuições participantes	9.355	–	–	–	9.355	9.529
(–) Benefícios pagos	(9.909)	–	–	–	(9.909)	(10.859)
Ganhos / (perdas) nos ativos financeiros	(8.060)	–	–	–	(8.060)	(8.800)
Ativos financeiros no final do exercício	115.396	–	–	–	115.396	104.710
(Déficit) / Superávit apurado	8.736	(16.667)	(3)	(33)	(7.967)	(28.874)
Asset Ceiling (Regra IAS 19)	(8.736)	–	–	–	(8.736)	–
(Passivo)/Ativo ao final do exercício	–	(16.667)	(3)	(33)	(16.703)	(28.874)
Passivo Não Circulante	–	16.667	3	33	16.703	28.874

A seguir são apresentadas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto para a previdência privada	7,64% a.a.	5,35% a.a.
Taxa de desconto para a assistência médica	7,51% a.a.	5,33% a.a.
Taxa de desconto para a indenização por aposentadoria por invalidez	7,44% a.a.	5,48% a.a.
Taxa de desconto para o auxílio funeral	7,61% a.a.	5,37% a.a.
Taxa de crescimento real de salários e benefícios	Não utilizada	Não utilizada
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Tábua de mortalidade para a previdência privada	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade para os demais benefícios	AT-2000 suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos para a previdência privada	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos para os demais benefícios	AT-83 Feminina	AT-83 Feminina
Tábua de entrada em invalidez para a previdência privada	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em invalidez para os demais benefícios	Álvaro Vindas suavizada em 70%	Álvaro Vindas suavizada em 70%
Idade de aposentadoria	60 anos	60 anos
Rotatividade	4,47% a.a.	3,95% a.a.



continuação »»

A análise da sensibilidade das premissas relevantes está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2024							
	Previdência Privada		Assistência Médica		Indenização Apos. Invalidez		Auxílio Funeral	
	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%
Taxa de Desconto								
Real	106.660	–	16.667	–	3	–	32	–
Com acréscimo de 1%	97.755	-8%	15.246	-9%	3	-12%	31	-4%
Com redução de 1%	117.191	10%	18.221	9%	4	13%	34	4%
Inflação Médica (HCCTR)								
Real	–	–	16.667	–	–	–	–	–
Com acréscimo de 1%	–	–	18.021	8%	–	–	–	–
Com redução de 1%	–	–	15.415	-8%	–	–	–	–
Crescimento Salarial								
Real	–	–	–	–	3	–	–	–
Com acréscimo de 1%	–	–	–	–	3	-0,56%	–	–
Com redução de 1%	–	–	–	–	3	-1%	–	–

Descrição	31/12/2023							
	Previdência Privada		Assistência Médica		Indenização Apos. Invalidez		Auxílio Funeral	
	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%	Obrigaçã	Var.%
Taxa de Desconto								
Real	113.335	–	20.190	–	8	–	52	–
Com acréscimo de 1%	103.874	-8%	19.279	-5%	7	-12%	49	-4%
Com redução de 1%	124.526	10%	21.327	5%	9	14%	54	5%
Inflação Médica (HCCTR)								
Real	–	–	20.190	–	–	–	–	–
Com acréscimo de 1%	–	–	21.342	5%	–	–	–	–
Com redução de 1%	–	–	19.250	-5%	–	–	–	–

O valor justo dos ativos possui a seguinte composição:

Composição do Ativo Líquido do Plano			31/12/2024	31/12/2023
Ativo total do plano			492.220	454.427
Apreçamento de mercado			(5.139)	–
(–) Exigível operacional			(6.427)	–
(–) Fundo administrativo			(1.496)	(902)
(–) Fundo previdencial			–	(5.436)
(–) Fundo garantia operação com participante			(216)	–
Ativo líquido			478.942	448.089
(–) Saldo de contas			(363.546)	(343.379)
Ativo líquido final			115.396	104.710

A seguir é demonstrada a projeção das despesas para o exercício de 2025:

Descrição	Previdência Privada	Assistência Médica	Indenização Apos. Invalidez	Auxílio Funeral	Total
Custo do serviço corrente	516	339	0	1	856
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	12.355	1.649	1	4	14.009
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(13.489)	–	–	–	(13.489)
Juros sobre o limite máximo do (ativo)/passivo oneroso	(1.134)	–	–	–	(1.134)
Total	(1.752)	1.988	1	5	242

19 PROVISÕES, PASSIVOS E CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

A mensuração da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados internos e externos.

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, civil e tributária definidas como passivos contingentes, nos termos da NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para as quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados nesta Nota Explicativa.

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração da Sanasa, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	31/12/2024			31/12/2023		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	17.790	(10.238)	7.552	12.009	(7.845)	4.164
Cíveis	4.885	–	4.885	4.781	(651)	4.130
Tributárias	450	–	450	11.485	–	11.485
Total das provisões	23.125	(10.238)	12.887	28.275	(8.496)	19.779

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais, do período encerrado em 31 de dezembro de 2024, tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias
Saldo inicial	12.009	4.781	11.485	12.441	291	20
Adição à provisão	7.810	105	450	2.155	4.728	11.465
Utilização	(2.029)	(1)	(11.485)	(2.587)	(238)	–
Saldo final	17.790	4.885	450	12.009	4.781	11.485

19.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 17.790 é composto por 62 (sessenta e dois) processos de empregados próprios, totalizando R\$ 5.874, e 217 (duzentos e dezessete) processos de empregados de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 11.917. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 250 (duzentas e cinquenta) reclamações de empregados próprios e terceirizados, no montante de R\$ 32.075.

19.2 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 10 (dez) processos provisionados no total de R\$ 4.885. Não foram contabilizadas provisões de 114 (cento e quatorze) processos no montante de R\$ 29.356, por não representarem chances prováveis de perdas.

19.3 Processos Tributários

Foi contabilizado o montante de R\$ 450 referente ao processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre as contas de energia elétrica, conforme descrito no item "h". Não foram contabilizadas provisões para dois processos judiciais, no valor total de R\$ 4.419, conforme itens "i" e "n" desta Nota Explicativa, uma vez que não há indicação de provável probabilidade de perda.

a) Processo judicial de execução fiscal de IRPJ e Multa

Em 28 de agosto de 2019, a União ajuizou a Execução Fiscal da CDA nº 80219015353-69 (proc. nº 5011826-67.2019.403.6105), proveniente do processo administrativo fiscal nº 10830.003.927/2006-86, no valor de R\$ 20.379, referente ao IRPJ e multa. Em 12 de setembro de 2019, a exigibilidade do crédito tributário foi suspensa por meio de depósito judicial no valor atualizado de R\$ 20.418. Em 15 de outubro de 2019, a Sanasa opôs Embargos à Execução (proc. nº 5014138-16.2019.403.6105), os quais foram extintos por sentença, após a União, em 26 de junho de 2020, requerer a extinção da execução fiscal, acolhendo a tese da imunidade tributária aos impostos federais. Em 17 de agosto de 2020, o depósito judicial no valor atualizado de R\$ 21.268 foi devidamente levantado pela empresa. A Sanasa recorreu em parte da decisão referente aos honorários sucumbenciais, e o recurso foi julgado procedente em 09 de maio de 2024. O processo encontra-se na fase de julgamento dos Embargos de Declaração interpostos pela União em 13 de maio de 2024. Em 08 de agosto de 2024, os Embargos de Declaração foram acolhidos, eximindo a União de qualquer condenação em honorários. A Sanasa recorreu da decisão, mas o Recurso Especial não foi admitido. O processo transitará em julgado e será arquivado definitivamente.

b) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS

A Sanasa foi autuada no valor de R\$ 10.391, acrescido da multa isolada de R\$ 8.228. A autuação decorreu da divergência de entendimento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da "não cumulatividade", quando o método correto de cálculo deveria ser o da "cumulatividade", após a declaração judicial da imunidade tributária federal. As intimações fiscais estão sendo questionadas judicialmente, conforme o item "b.1", e a multa isolada está em processo de recurso administrativo.

b.1) Processo judicial de débito fiscal de compensação de PIS e COFINS

Após não obter êxito nos recursos interpostos na esfera administrativa, em 17 de junho de 2020, a Sanasa ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 5006934-81.2020.4.03.6105) requerendo, com fundamento na imunidade tributária recíproca, uma liminar para a exclusão do CADIN e a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários pleiteados nos seguintes processos de crédito: nºs 10830.722.072/2014-04, 10830.722.077/2014-29, 10830.722.106/2014-52, 10830.722.109/2014-96, 10830.722.114/2014-07, 10830.722.221/2014-27, 10830.722.456/2014-19, 10830.722.458/2014-16, 10830.722.519/2014-37, 10830.722.734/2014-38, e 10830.722.738/2014-16. Em 2 de julho de 2020, o pedido de tutela antecipada foi parcialmente deferido, permitindo a oferta de Carta de Fiança exclusivamente para obtenção da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Contudo, devido a questões contratuais junto ao promitente Banco Fiaior, em 21 de agosto de 2020, a Sanasa efetuou o depósito judicial integral de R\$ 21.952, o que suspendeu a exigibilidade dos créditos e, consequentemente, permitiu a exclusão do CADIN. Em 3 de novembro de 2022, a ação foi julgada improcedente, e em 22 de novembro de 2022, a Sanasa recorreu da decisão. O processo foi então remetido ao TRF da 3ª Região, onde aguarda julgamento do recurso.

c) Processo judicial da imunidade tributária estadual

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal de 1988, a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória (proc. nº 0004017-82.2010.8.26.0114) requerendo a declaração da imunidade tributária recíproca relativa ao IPVA, a qual foi julgada procedente, tornando a empresa imune ao referido imposto, além de determinar a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos, após o trânsito em julgado. No entanto, o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença (Repetição do Indébito - proc. nº 0026065-54.2018.8.26.0114). Em 11 de junho de 2021, foi expedido precatório (nº de Ordem 1076/2022), no valor de R\$ 1.983, com a respectiva inserção no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) do exercício de 2022. Contudo, até a presente data, o indébito tributário não foi recebido.

d) Processo judicial das verbas indenizatórias

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a Sanasa impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0015922-60.2012.403.6105) para que fosse declarada a inexistibilidade das contribuições previdenciárias, do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e das contribuições previdenciárias devidas a terceiros (INCRA, SEFI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do empregado, antes da concessão do auxílio-doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 13º salário; e) 1/3 de férias, além da restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos. Em 10 de junho de 2013, houve sentença concedendo a segurança em parte, com exceção dos itens "c" e "d". A União recorreu da sentença e, em 20 de setembro de 2018, o processo foi suspenso devido ao julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.072.485/PR no STF. Em 28 de agosto de 2020, o STF julgou constitucional a incidência de contribuição social sobre o tempo constitucional de férias gozadas. Em 29 de março de 2022, o relator do processo acatou a decisão do STF, dando parcial provimento à apelação da União para reconhecer a incidência de contribuições sociais sobre o tempo constitucional de férias, conforme a fundamentação apresentada. Em 12 de junho de 2024, o STF modulou os efeitos do novo entendimento, tornando obrigatório o recolhimento de contribuição previdenciária sobre o tempo constitucional de férias a partir de 15 de setembro de 2020 para empresas que deixaram de recolher amparadas por decisão judicial, como no presente caso. Em 18 de setembro de 2024, o processo foi remetido ao STF, e em 14 de novembro de 2024, o STF não conheceu o Agravo em Recurso Especial interposto pelo SEBRAE.

d.1) Evento subseqüente

Em razão do trânsito em julgado publicado em 21 de janeiro de 2025, a Sanasa providenciou o cumprimento da sentença, requerendo a repetição do indébito.

e) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (demanda contratada)

Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a demanda de energia contratada e não consumida (proc. nº 0089120-86.2012.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 22 de janeiro de 2015, o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexistibilidade do ICMS sobre a demanda de energia contratada, além de determinar a restituição do indébito após o trânsito em julgado. O Estado recorreu da decisão e, em razão da repercussão geral do tema, em 3 de junho de 2016, o processo foi suspenso até a decisão final do STF.

f) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (TUSD)

Considerando o entendimento expressivo no STJ, em 14 de outubro de 2015, a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) consumida (proc. nº 1033728-42.2015.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. A ação foi julgada procedente. O Estado de São Paulo recorreu da decisão e, em 7 de agosto de 2017, o Tribunal suspendeu o Recurso Extraordinário e Especial até a decisão do STF sobre o Tema 986, que possui Repercussão Geral.

g) Processo judicial do ICMS sobre energia elétrica (desconto tarifário)

Em 31 de julho de 2017, a Sanasa impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 1039889-97.2017.8.26.0114) para que fosse declarada a inexistibilidade do ICMS sobre o Desconto Tarifário, requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do indébito pago nos últimos 5 anos. Em 14 de agosto de 2018, a ação foi julgada parcialmente procedente para afastar a incidência do ICMS sobre o desconto tarifário. O Estado recorreu da decisão e o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para julgamento. Em 13 de dezembro de 2022, o Tribunal deu provimento ao recurso e a ação foi julgada improcedente. Em 2 de fevereiro de 2023, a Sanasa recorreu da decisão ao STF e STJ. Em 18 de abril de 2023, foi admitido o Recurso Extraordinário ao STF, mas, em razão da Repercussão Geral reconhecida à matéria (Tema 1.113 do STF), foi determinado o sobrestamento do processo até a decisão final da Suprema Corte.

h) Processo judicial da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS nas contas de energia elétrica

Em 22 de janeiro de 2020, a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. nº 5000516-30.2020.403.6105), requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, com base no julgamento do RE 574.706 do STF, atribuindo à causa o valor de R\$ 4.000. Entretanto, em 14 de dezembro de 2021, o processo foi extinto sem julgamento do mérito, por ilegitimidade ativa da Sanasa, sendo condenada ao pagamento dos honorários de sucumbência. A CPFL opôs Embargos de Declaração, os quais não foram acolhidos. O processo transitou em julgado em 31 de janeiro de 2024, e a União requererá o cumprimento da sentença. Em 18 de setembro de 2024, a PGFN apresentou o cumprimento de sentença, com a Execução dos Honorários de Sucumbência no valor de R\$ 353. Em 25 de novembro de 2024, a Sanasa foi intimada para efetuar o pagamento.

i) Processo judicial de anulação de débito fiscal

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal e a não homologação de 7 (sete) dias 19 (dezenove) compensações tributárias promovidas pela Sanasa, fundamentado pelo alargamento da base de cálculo das referidas contribuições trazidas pelo artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o qual foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 346.084, a Sanasa ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (proc. nº 0012329-18.2015.403.6105), em razão da legalidade do procedimento, bem como justificado pela homologação de outras 12 (doze) compensações tributárias promovidas sob a mesma base legal. Em 31 de janeiro de 2018, o Laudo Pericial reconheceu o crédito para a empresa e a ação foi julgada procedente. A União recorreu e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento.

j) Processo judicial da exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do PIS/COFINS

Considerando o Tema 1067 do STF, que reconheceu a matéria constitucional com repercussão geral, em 10 de fevereiro de 2020, a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. nº 5001107-89.2020.403.6105). Em 26 de agosto de 2020, a ação foi julgada improcedente. A empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento. O processo foi sobrestado até o julgamento definitivo do recurso RE 1233096/RS (Tema 1067) pelo STF.

k) Processo judicial do limite base de cálculo Sistema "S"

Em 20 de março de 2020, a Sanasa ajuizou uma Ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito dos últimos 5 anos pagos indevidamente (proc. nº 5003605-61.2020.403.6105), requerendo a inexistibilidade do recolhimento de INSS que ultrapasse o limite de 20 salários-mínimos da base de cálculo do salário-educação e das contribuições destinadas ao "sistema S", que abrangem instituições como SESI, SENAI e SEBRAE. Em 3 de março de 2021, o processo foi sobrestado até o julgamento definitivo dos Resp nº 1.898.532/CE e Resp nº 1.905.870/PR, que decidirão sobre o tema.

l) Processo judicial de anulação de débito fiscal

Considerando a improcedência no processo administrativo fiscal nº 10830.720680/2013-95 e a não homologação da compensação de saldo negativo de IRPJ, a Sanasa ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (proc. nº 5005245-02.2020.403.6105), fundamentada no direito à compensação de crédito do período abrangido pelo acórdão do TRF da 3ª Região, transitado em julgado em 15 de agosto de 2018, que declarou a Sanasa imune aos impostos federais. No entanto, em 21 de setembro de 2020, a referida ação anulatória foi julgada improcedente. Em 25 de setembro de 2020, a empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região, no qual está aguardando julgamento do recurso.

l.1) Processo judicial de tutela antecipada antecedente

Considerando a improcedência da ação anulatória (item "l"), diante da iminente inscrição no CADIN e posterior execução fiscal, e da necessidade de emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEN), com vencimento em 02 de dezembro de 2020, em 23 de outubro de 2020, a Sanasa interps ação judicial (proc. nº 5011221-87.2020.403.6105), requerendo a concessão de Medida Liminar para aceitar a garantia antecipada da dívida. Em 25 de março de 2021, a ação foi julgada improcedente, e, em 16 de abril de 2021, a empresa recorreu da decisão, sendo que o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região, onde está aguardando julgamento do recurso.

m) Processo judicial de débito fiscal de compensação de PIS e COFINS

Considerando a improcedência nos processos administrativos fiscais nº 10830-904218/2010-04 e nº 10830.905483/2010-00, bem como a não homologação das compensações de saldo negativo de IRPJ, a Sanasa ajuizou, em 4 de novembro de 2020, ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), com depósito judicial no valor de R\$ 436, requerendo a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários e, com base na imunidade tributária recíproca, que fosse declarada a nulidade dos respectivos autos de infração. A União manifestou-se, alegando que os créditos tributários estavam extintos, uma vez que estariam abrangidos pela imunidade tributária recíproca. Em 9 de março de 2023, com a certificação do trânsito em julgado, o juiz determinou o início do cumprimento de sentença e a expedição de ofício para a transferência dos valores depositados judicialmente, os quais foram devidamente levantados em 9 de outubro de 2023. Contudo, a Sanasa requereu o cumprimento da sentença para a restituição das custas processuais. Em 21 de junho de 2024, o Ofício Requisitório nº 20240151812 foi encaminhado ao TRF da 3ª Região para a restituição das custas processuais. Em 3 de setembro de 2024, o valor requisitado foi disponibilizado por RPV para saque diretamente na instituição bancária indicada. Em 28 de outubro de 2024, o referido valor foi disponibilizado, e, em 5 de dezembro de 2024, o processo transitou em julgado e foi arquivado definitivamente.

n) Processo judicial base negativa de CSLL

Considerando o despacho decisório no processo administrativo fiscal nº 13074.722455/2023-62 e a não homologação das compensações de saldo negativo de CSLL, bem como a intimação fiscal para pagamento dos supostos créditos, sob pena de apontamento no CADIN e exclusão do Programa PRT, a Sanasa ajuizou, em 5 de maio de 2023, mandado de segurança (proc. nº 5006126-71.2023.4.03.6105), com pedido de liminar para a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários e, com fundamento na imunidade tributária recíproca, requerendo, ao final, a declaração de nulidade do respectivo auto de infração. Em 6 de junho de 2023, a liminar foi indeferida, intimando-se a Autoridade Coatora a prestar informações. Em 27 de junho de 2023, a Sanasa recorreu da decisão, e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento do recurso. Em 14 de agosto de 2023, o recurso foi indeferido, sendo que, em 18 de agosto de 2023, a Sanasa efetuou o depósito judicial integral do débito, suspendendo-se assim a exigibilidade dos créditos tributários. Após a juntada de decisões paradigmáticas pela Sanasa, o processo foi remetido para julgamento.

o) Processo judicial de suspensão da exigibilidade da COFINS e recolhimento do PASEP nos termos do Ente Público

Considerando a decisão judicial transitada em julgado que declarou a imunidade recíproca aos impostos federais da Companhia, nos termos do art. 150, VI, 'a', da Constituição Federal de 1988, em 6 de junho de 2023, a Sanasa ajuizou Mandado de Segurança (proc. nº 5007740-14.2023.4.03.6105), requerendo a suspensão da exigibilidade da COFINS, bem como garantindo à Impetrante o direito de apurar e recolher o PASEP nos exatos termos do Ente Público, ou seja, 1% (um por cento) sobre as receitas auferidas, além da restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos, após o trânsito em julgado. Em 27 de junho de 2023, a liminar foi indeferida, a Autoridade Coatora prestou informações, e a Sanasa apresentou Réplica. Em 25 de abril de 2024, foi promulgada sentença negando a segurança, sendo que, em 16 de maio de 2024, a Sanasa recorreu da decisão, e, em 18 de setembro de 2024, o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região, no qual está aguardando julgamento do recurso.

p) Processo judicial sobre Adesão Antecipada ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos da RFB

Em 21 de dezembro de 2023, considerando a improcedência dos processos administrativos fiscais nºs 10830.011678/2008-64, 10830.007909/2009-16, 10830.012486/2008-75, 10830.012941/2008-32, 10830.010513/2007-94, 10830.010511/2007-03 e 10830.010514/2007-39, e com a edição da Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, que dispõe sobre o Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos, mas cuja adesão dependia da regulamentação da mencionada Lei, a Sanasa ajuizou uma Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5016520-40.2023.4.03.6105), requerendo a concessão de tutela provisória de urgência em caráter antecedente para autorizar o depósito judicial integral para a liquidação dos



continuação »»

20 RECEITA DIFERIDA - SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS			
Prática Contábil: A subvenção governamental relacionada a ativos é apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificada pela Resolução CVM nº 96/2022.			
Parte da infraestrutura dos sistemas operativos de abastecimento de água e saneamento teve, em sua construção, apoio de recursos oriundos de subvenções governamentais, tanto federais quanto estaduais. Entre os recursos federais, destacam-se aqueles oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). No âmbito estadual, os investimentos foram realizados com apoio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas (REÁGUA). A descrição dos investimentos e as origens dos recursos são apresentadas a seguir:			
Obras	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	31/12/2024	31/12/2023	
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	19.174	20.684	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	42.458	46.008	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	6.376	6.765	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	3.458	3.776	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	14.141	15.459	Obra encerrada
Total PAC	85.607	92.692	
Agência Nacional de Águas (ANA)			
Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Boa Vista (a)	7.233	7.300	Obra encerrada
Total ANA	7.233	7.300	
Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)			
Sistema de Água - Região de Viracopos	2.971	3.052	Obra encerrada
Total FNHIS	2.971	3.052	
Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)			
Estação de Tratamento de Esgoto - San Martin	1.329	1.527	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Lodo - ETA's III e IV	1.526	1.693	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Cândida	739	798	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Bonfim	1.683	1.721	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Castelo Branco	1.266	1.302	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Cruzeiro / Jardim Leonor	1.314	1.348	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Affê	793	812	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Aurélia	1.772	1.811	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim CNEO	1.154	1.179	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim das Oliveiras	1.666	1.706	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Flamboyant	1.185	1.214	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Madalena	2.272	2.322	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Liceu / Chapadão	1.607	1.648	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Parque São Quirino	1.780	1.821	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Joaquim Inácio	2.052	2.103	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Modesto Fernandes	1.450	1.484	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Nova	1.293	1.324	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Paraíso	962	986	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Proost Souza	1.719	1.758	Obra encerrada
Total PCJ	27.562	28.557	
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo	613	677	Obra encerrada
Total UNICAMP	613	677	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	6	14	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	549	593	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	1.300	1.392	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Preença	1.742	1.789	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	1.703	1.746	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	1.969	2.017	Obra encerrada
Total FEHIDRO	7.269	7.551	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas (REÁGUA)			
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	522	583	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	183	207	
Controle de Perdas	7.642	8.029	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	1.795	1.840	Obra encerrada
Total REAGUA	10.142	10.659	
Total Geral	141.397	150.488	
Passivo Circulante	9.291	9.019	
Passivo Não Circulante	132.106	141.469	

(a) A Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Boa Vista começou a operar integralmente a partir do 2º semestre de 2024. Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado. De forma equivalente, um passivo de igual montante foi reconhecido no balanço patrimonial, sendo apropriado ao resultado de maneira proporcional ao período de depreciação dos investimentos. Em 2024, foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 9.091 (R\$ 9.012 em 2023), a título de Receitas de Subvenções.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Prática Contábil:

a) Capital social e ações em tesouraria

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, que conferem a seus titulares o direito a um voto por ação nas deliberações das assembleias gerais. A Companhia mantém ações em tesouraria, cujos direitos ficam suspensos até que essas ações sejam alienadas. Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o valor pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido em uma conta redutora do patrimônio líquido.

b) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos da NBC TG 41 (R2) - Resultado por Ação.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrada no passivo após a aprovação dos acionistas em assembleia geral ordinária, com exceção da parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto, que é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício. A parcela do dividendo que exceder o mínimo obrigatório deve ser mantida no patrimônio líquido, sob a rubrica "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva dos acionistas em assembleia geral. A distribuição de dividendos intermediários e de juros sobre o capital próprio, com base em lucros apurados nas informações contábeis intermediárias, é registrada no passivo após aprovação em reunião do Conselho de Administração.

a) Aumento de capital
Em 18 de dezembro de 2024, a Prefeitura Municipal de Campinas aprovou um aumento de capital social da Sanasa por meio da transferência dos imóveis que compõem o Parque das Águas, conforme disposto na Lei Complementar nº 506/2024, que alterou a Lei Complementar nº 476/2024.
No entanto, a efetivação do aumento de capital está condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, que deverá ratificar a contratação da empresa especializada responsável pela preparação do laudo de avaliação dos imóveis, aprovar o respectivo laudo de avaliação, bem como o aumento de capital da Companhia.
A integralização desses bens tem como finalidade viabilizar o desenvolvimento de projetos voltados à educação ambiental e sustentabilidade, além da difusão dos conceitos de uso racional da água. A legislação determina que as áreas transferidas permanecerão gravadas com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, assegurando sua destinação pública.
21.2 Ações em tesouraria
Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 25 de janeiro de 2024, foi deliberada a aquisição, pela Sanasa, das ações pertencentes ao Sr. Paulo Henrique Pimentel Rizzo, para mantê-las em tesouraria. A aquisição foi concretizada em 22 de março de 2024, pelo valor de R\$ 30.
21.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio
O Estatuto da Sanasa prevê que a parcela correspondente a 6% (seis por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, será distribuída aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. A seguir é demonstrado o cálculo da remuneração dos acionistas:

Descrição	2024	2023
Resultado líquido do exercício	188.641	111.798
(-) Reserva de incentivos governamentais	(9.091)	(9.012)
Base de cálculo para a reserva legal	179.550	102.786
(-) Reserva legal (5%)	(8.978)	(5.139)
Base de cálculo dos dividendos	170.572	97.647
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	10.234	5.859
Juros sobre o capital próprio - proposto (a)	32.766	34.141
Dividendos adicionais - proposto (a)	127.011	30.006
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio	170.011	70.006
(a) depende de aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO).		
21.4 Resultado por ação básico e diluído A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto valores por ação).		
Descrição	Básico e Diluído	
	2024	2023
Resultado líquido do exercício	188.641	111.798
Média ponderada de ações (mil ações)	600.534	577.453
Resultado por ação	0,31412	0,19361

21.5 Reservas de lucros
a) Reserva Legal
Constituída no montante de R\$ 8.978 em 2024, em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e o Estatuto Social, com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para absorver prejuízos acumulados.
b) Reserva para Investimentos
É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. A Administração propõe, sujeita à posterior aprovação

da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 561 do lucro remanescente para a constituição de Reserva para Investimentos, para fazer frente aos investimentos previstos para 2025, em conformidade com a programação anual de investimentos elaborada pela Companhia.
c) Reserva de Incentivo Governamental
Constituída no montante de R\$ 9.091 em 2024, nos termos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros Acumulados.

22 RECEITAS			
Prática Contábil: a) Receita de abastecimento de água e saneamento <i>As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento das receitas ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber, sendo apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.</i> b) Receita de prestação de serviços <i>Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.</i> c) Receita de redes de água e esgoto <i>Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.</i>			
A composição das receitas operacionais, por natureza, bem como a reconciliação da receita bruta para a receita líquida é apresentada a seguir:			
Descrição	2024	2023	
Receitas de água	701.923	639.113	
Receitas de esgoto	806.983	722.027	
Receitas com prestação de serviços e outros	78.604	45.555	
Total da receita operacional bruta	1.587.510	1.406.695	
Descontos, retificações e devoluções	(105.518)	(85.108)	
Contribuições sobre vendas e serviços	(61.444)	(54.878)	
Total da receita operacional líquida	1.420.548	1.266.709	

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:			
Descrição	2024	2023	
Salários e ordenados	335.672	326.334	
Serviços terceirizados	166.584	114.103	
Depreciações	85.650	76.133	
Energia elétrica	72.103	60.448	
Materiais gerais	45.181	42.125	
Materiais de tratamento	39.986	42.332	
Aluguéis	25.117	20.670	
Outras utilidades	1.655	316	
Outros custos e despesas	985	822	
Tributos	857	2.948	
Despesas ativadas	(20.959)	(22.385)	
Total dos custos dos serviços prestados	752.831	663.846	
Custo do sistema operativo de água	363.676	343.789	
Custo do sistema operativo de esgoto	389.155	320.057	

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E COM AS VENDAS			
A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:			
Descrição	2024	2023	
Salários e ordenados	234.393	219.969	
Perdas recebimento créditos	78.831	69.942	
Serviços terceirizados	46.966	44.945	
Outros custos e despesas	20.186	10.834	
Aluguéis	10.866	9.175	
Depreciações	9.609	7.568	
Doações e patrocínios	8.539	7.588	
Processos julgados	7.212	10.049	
Tributos	6.414	6.047	
Outras contingências	6.335	15.523	
Materiais gerais	4.782	4.117	
Despesas bancárias	3.840	3.453	
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	2.444	10.548	
Energia elétrica	1.411	1.212	
Multas enc. sociais e fiscais	304	1.259	
Outras utilidades	117	329	
Perda por não recuperabilidade	—	1.075	
Total das despesas gerais e administrativas e com as vendas	442.249	423.633	
Despesas gerais e administrativas	280.725	271.545	
Despesas com as vendas	161.524	152.088	

25 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
A composição das outras receitas e despesas é a seguinte:			
Descrição	2024	2023	
Outras receitas			
Recuperação de perdas de credores duvidosos	60.231	33.112	
Subvenções governamentais	9.091	9.012	
Sem par conta corrente	8.982	6.311	
Multas contratuais	2.394	1.422	
Outros	1.896	1.481	
Termos de autorização de uso	1.646	1.696	
Reversão benefício pós-emprego	1.340	8.587	
Exclusividade de prestação de serviços financeiros	781	1.169	
Ressarcimento danos de terceiros	710	80	
Resultado na baixa de imobilizado	70	176	
Precatório	—	1.984	
Total das outras receitas	87.141	65.030	
Outras despesas			
Resultado na baixa de imobilizado	(276)	(1.878)	
Total das outras despesas	(276)	(1.878)	
Total das outras receitas e despesas	86.865	63.152	

26 RESULTADO FINANCEIRO			
As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:			
Descrição	2024	2023	
Receitas financeiras			
Juros de mora sobre arrecadações	30.244	20.095	
Rendimentos de aplicações	29.985	24.078	
Variações monetárias de arrecadações	11.203	10.635	
Variações monetárias ativas	3.913	4.156	
Outras	911	3.653	
Juros ativos	57	25	
Ajuste a valor presente	(5.725)	(3.164)	
Total das receitas financeiras	70.588	59.478	
Despesas financeiras			
Juros passivos	(120.648)	(103.185)	
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(17.190)	(11.992)	
Variações monetárias passivas	(16.840)	(24.749)	
Despesas de financiamento	(13.088)	(30.312)	
Descontos concedidos	(12.414)	(11.908)	
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(143)	—	
Juros - encargos sociais e fiscais	(49)	(205)	
Total das despesas financeiras	(180.372)	(182.351)	
Total do resultado financeiro	(109.784)	(122.873)	

27

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Prática Contábil:
A Administração da Companhia definiu os seguintes segmentos reportáveis, claramente identificáveis, utilizados para a tomada de decisões estratégicas: sistema operativo de água e sistema operativo de esgoto. As informações são elaboradas com base nos registros contábeis disponíveis, sendo que diversos custos e despesas são alocados por meio de rateio.

Receita Operacional Bruta	738.479	849.031	1.587.510	660.433	746.262	1.406.695
Descontos, retificações e devoluções	(49.884)	(55.634)	(105.518)	(40.478)	(44.630)	(85.108)
Contribuições sobre vendas e serviços	(28.580)	(32.864)	(61.444)	(25.764)	(29.114)	(54.878)
Receita Operacional Líquida	660.015	760.533	1.420.548	594.191	672.518	1.266.709
Custos das vendas e dos serviços prestados	(363.676)	(389.155)	(752.831)	(343.789)	(320.057)	(663.846)
Lucro Bruto	296.339	371.378	667.717	250.402	352.461	602.863
Despesas gerais e administrativas	(130.431)	(150.294)	(280.725)	(127.377)	(144.168)	(271.545)
Despesas com as vendas	(75.047)	(86.477)	(161.524)	(71.342)	(80.746)	(152.088)
Outras receitas operacionais líquidas	40.360	46.505	86.865	29.624	33.528	63.152



continuação >>>

As despesas gerais e administrativas, despesas com vendas, outras receitas operacionais líquidas, resultado financeiro e contribuição social, foram alocados(as) proporcionalmente com base na receita operacional líquida.

Receita Operacional Líquida por Categoria de Consumidor	2024			2023		
	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total
Residencial	412.403	456.686	869.089	372.249	405.782	778.031
Comercial	171.122	211.199	382.321	155.190	186.970	342.160
Pública	59.386	74.409	133.795	51.134	63.199	114.333
Industrial	17.104	18.239	35.343	15.618	16.567	32.185
Total	660.015	760.533	1.420.548	594.191	672.518	1.266.709

Ativo	2024			2023		
	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total
Contas a receber (circulante e não circulante)	163.004	170.321	333.325	152.506	156.922	309.428
Ativo Imobilizado (valor líquido)	1.088.347	843.714	1.932.061	899.494	717.437	1.616.931
Ativo Intangível (valor líquido)	14.204	34.269	48.473	9.809	24.535	34.344
Demais contas do ativo	162.520	187.269	349.789	212.776	240.822	453.598
Total do Ativo	1.428.075	1.235.573	2.663.648	1.274.585	1.139.716	2.414.301

Os investimentos no imobilizado e intangível, não vinculados aos segmentos de água e esgoto, foram alocados proporcionalmente com base na receita operacional líquida. Da mesma forma, os valores das demais contas do ativo foram alocados proporcionalmente com base na receita operacional líquida.

Passivo (Circulante e Não Circulante)	2024			2023		
	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total
Endividamento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos)	866.745	668.874	1.535.619	718.638	581.768	1.300.406
Subvenções governamentais	44.027	97.370	141.397	45.508	104.980	150.488
Demais contas do passivo	123.485	137.447	260.932	127.963	143.953	271.916
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.034.257	903.691	1.937.948	892.109	830.701	1.722.810

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos, não vinculados aos segmentos de água e esgoto, foram alocados proporcionalmente com base na receita operacional líquida. Da mesma forma, os valores das demais contas do passivo foram alocados proporcionalmente com base na receita operacional líquida.

28 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros para cobertura de danos contra incêndio, raio, explosão, roubo, furto, danos físicos, responsabilidade civil, além de outros danos nas instalações e/ou edificações de prédios localizados no Município de Campinas. Também possui contratos de seguros para cobertura de danos em equipamentos e, ainda, seguros contra danos materiais e corporais de terceiros para veículos. Os limites máximos de indenização dos seguros contratados estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização
Edifício Sede Localizado na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP	Porto Seguro	12/08/2024 a 12/08/2025	21.900
Almoxarifado Cidade Jardim, Rua Franco da Rocha, nº 755	Porto Seguro	22/08/2024 a 22/08/2025	26.148
Estações Produtoras de Água para Reuso, Estações Elevatórias de Esgoto, Estações de Tratamento de Água, Estação de Tratamento de Lodo, Centros de Reservação e de Distribuição de Água Tratada (Ativos Existentes no Município de Campinas)	AIG Seguros	04/12/2024 a 04/12/2025	10.000
Centro de Atendimento Sanasa, Av. Saudade, nº 391, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP	Porto Seguro	17/02/2024 a 17/02/2025	3.780
Agência de Atendimento no Distrito do Ouro Verde	Porto Seguro	29/04/2024 a 27/03/2025	2.450
Agência de Atendimento no Distrito do Campo Grande	Porto Seguro	18/10/2024 a 18/10/2025	2.500
Agência de Atendimento no Distrito de Sousas	Mitsui Sumitomo	08/08/2024 a 08/08/2025	824
Agência de Atendimento no Distrito de Nova Aparecida	Porto Seguro	24/06/2024 a 24/06/2025	1.333
1 Veiculo Caminhão Iveco Modelo TECTOR	Seguros Sura	09/08/2024 a 09/08/2025	402
31 Veículos (Pick-up's, motos, furgões, van's, tratores e caminhões) (a) (b)	Porto Seguro	04/07/2024 a 04/07/2025	3.100
145 Veículos (Pick-up's, motos, furgões, van's, tratores e caminhões) (a) (b)	Gente Seguradora	26/12/2024 a 26/12/2025	14.500
Equipamentos (Perfuratriz, escavadeira modelo Vio 12-2a, máquina de solda)	Porto Seguro	12/02/2024 a 12/02/2025	1.586
Equipamentos (Georadar, reflectômetro, máquina para emenda de fibra, coletor de dados, receptor de sinais e equipamentos ópticos) (c)	Mitsui Sumitomo	17/10/2024 a 17/10/2025	434
Equipamentos GPS	Porto Seguro	19/02/2024 a 19/02/2025	256
Equipamentos Portáteis	Mitsui Sumitomo	04/04/2024 a 04/04/2025	180
Total			89.393

(a) Os seguros contratados cobrem somente danos materiais e corporais de terceiros.
(b) Foram inseridos como limite máximo de indenização somente os valores de danos materiais de terceiros.
(c) O valor do limite máximo de indenização refere-se ao valor da Tabela Fipe.
Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, contratado para cobertura dos empregados, diretores e estagiários, contemplando até 15 vezes o valor do salário, com a empresa Seguros Sura, com vigência de 25 de setembro de 2024 a 25 de setembro de 2025.
As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Contábeis e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.
Os contratos de seguros com vigência expirada estão em processo de renovação (ou nova contratação) pela Companhia.

28.1 Eventos subsequentes

O contrato de seguro da ETE Capivari I, que venceu em 30 de novembro de 2024, foi renovado em janeiro de 2025 com a empresa AXA Seguros S.A., com vigência até 27 de janeiro de 2026.
O contrato de seguro dos equipamentos de GPS, vencido em 19 de fevereiro de 2025, foi renovado com a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, com nova apólice válida até 19 de fevereiro de 2026.
O contrato de seguro do Centro de Atendimento Sanasa, que venceu em 17 de fevereiro de 2025, também foi renovado com a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, com vigência até 17 de fevereiro de 2026.
O contrato de seguro dos equipamentos (perfuratriz, escavadeira modelo Vio 12-2a e máquina de solda), vencido em 12 de fevereiro de 2025, foi renovado com a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, com validade até 12 de fevereiro de 2026.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Prática Contábil:

a) Classificação e mensuração

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo), ou passivo financeiro, é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b1) Custo amortizado

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado somente se dois critérios forem atendidos: i) o ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b2) Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem

exclusivamente pagamentos de principal e juros. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

b3) Valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA)

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Os ativos financeiros são classificados pela Companhia nas categorias de custo amortizado e de valor justo por meio do resultado.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação, e, posteriormente, ao custo amortizado, atualizados pelo método da taxa de juros efetiva. São desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

d) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, como taxa de juros, crédito e liquidez, porém adota medidas para mitigá-los, de modo que não impactem significativamente os resultados de suas operações, conforme descrito nesta Nota Explicativa.

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

e) Hierarquia do valor justo

A NBC TG 46 (R2) - Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A definição do valor justo de instrumentos financeiros se baseia principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço. Ainda de acordo com a NBC TG 46 (R2), os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

29.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada na tabela a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Descrição	2024	2023
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes	204.988	320.445
Aplicações financeiras	25.645	19.740
Custo amortizado		
Contas a receber	333.325	309.428
Total dos ativos	563.958	649.613
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.426.606	1.197.788
Arrendamentos	109.013	102.618
Fornecedores	99.221	83.407
Total dos passivos	1.634.840	1.383.813

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

29.2 Gestão de risco financeiro

As operações da Sanasa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de taxa de juros

Os riscos relacionados à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram seus ativos, como, por exemplo, aplicações financeiras, e passivos, especialmente empréstimos e financiamentos. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nas operações de empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade a taxa de juros: a Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, com base em um cenário considerado provável pela Administração, utilizando as taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Unidade Padrão de Remuneração (UPR) e taxas de juros remuneratórios. O período considerado para essa análise é de doze meses após a data de 31 de dezembro de 2024, ou até a data de liquidação final do contrato, caso seja inferior a 12 meses. O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar o impacto de eventuais alterações ou oscilações nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros, levando em consideração os indicadores de mercado existentes. É importante ressaltar que, em caso de liquidação, os valores podem ser diferentes dos projetados, devido às estimativas utilizadas no processo de elaboração.

Descrição	Indexador	Exposição em 31/12/2024	Taxa Juros Estimada (a)	Projeção Receitas/Juros a Incorrer
Ativos				
Aplicações Financeiras (Curto Prazo)	CDI	199.306	11,77%	23.453
Aplicações Financeiras (Longo Prazo)	CDI	25.645	11,77%	3.019
Total dos ativos		224.951		26.472
Passivos				
Caixa - Contrato 410.018-73	Juros de 8,5% a.a. + UPR	54.404	9,38%	4.523
Caixa - Contrato 423.127-67	Juros de 8,5% a.a. + UPR	12.575	9,38%	1.047
Caixa - Contrato 423.126-53	Juros de 8,5% a.a. + UPR	36.138	9,38%	3.010
Caixa - Contrato 441.921-63	Juros de 8,7% a.a. + UPR	73.050	9,58%	7.222
Caixa - Contrato 441.917-02	Juros de 8,7% a.a. + UPR	111.626	9,58%	9.618
Caixa - Contrato 520.217-27	Juros de 8,7% a.a. + UPR	257.692	9,58%	22.665
Caixa - Contrato 526.794-49	Juros de 8,7% a.a. + UPR	3.641	9,58%	1.585
BRK Ambiental - EPAR Capivari	Juros de 12,0% a.a.	28.131	12,00%	2.960
Banco Santander	CDI + 4,50% a.a.	184.365	17,20%	23.699
Contrato CAF	CDI + 2,125% a.a.	246.523	14,53%	30.109
Contrato IFC	CDI + 3,00% a.a.	267.962	15,51%	37.886
Banco do Brasil	CDI + 2,50% a.a.	150.499	14,95%	21.033
Total dos passivos		1.426.606		165.357
Exposição líquida		1.201.655		138.885

(a) Para empréstimos e financiamentos, foi considerada taxa média ponderada data-base de 31/12/2024.

Fontes: CDI (Banco Central do Brasil) e UPR (Caixa Econômica Federal).

b) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas).

O total da exposição da Companhia ao risco de crédito, no valor de R\$ 333.325 em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 309.428 em 31 de dezembro de 2023, bem como a idade dos vencimentos, estão apresentados na Nota Explicativa nº 5. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 81.391, o que representa 19,6% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, essa estimativa era de R\$ 74.363, equivalendo a 19,4%.

Os riscos relacionados aos clientes são mitigados pela composição que contempla uma base diversificada, abrangendo toda a população do Município de Campinas. Considerando o tipo de negócio, a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento dos clientes, adotando a prática de corte, que será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão, conforme a legislação vigente.

c) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos com terceiros nas datas previstas. Para mitigar os riscos de liquidez, a Administração da Companhia efetua, diariamente, a gestão do fluxo de caixa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Além disso, a Administração também monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. O cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, está evidenciado na Nota Explicativa nº 12.

CONTROLADORIA		DIRETORIA EXECUTIVA			
ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3		MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR Diretor Presidente			
JEAN CARLOS PEREIRA Coordenador de Contabilidade Societária - CRC 1SP180441/O-0	PEDRO CLÁUDIO DA SILVA Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		PAULO JORGE ZERAIK Diretor Administrativo	RONALDO FONTES FURTADO Diretor Comercial	MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS Diretor Técnico
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR Presidente do Conselho					
MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR Conselheiro	PEDRO BENEDITO MACIEL NETO Conselheiro	ÉDER MASSOCO Conselheiro	MARCELO DUTRA BLEY Conselheiro	ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO Conselheiro	
VICENTE PORTO VILELA Conselheiro	SINVAL ROBERTO DURIGON Conselheiro	HERMAS ANTÔNIO CHEBABI LICIO Conselheiro	GUSTAVO DI TELLA FERREIRA Conselheiro	CLÁUDIA CRISTINA AUGUSTO Conselheira	
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
O Diretor Presidente e os demais Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.					
Campinas, 19 de março de 2025.					
MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR Diretor Presidente	PEDRO CLÁUDIO DA SILVA Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores		MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS Diretor Técnico	RONALDO PONTES FURTADO Diretor Comercial	PAULO JORGE ZERAIK Diretor Administrativo
www.sanasa.com.br					



continuação >>>

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre as políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, e gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras; e
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações contábeis, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. (BDO) foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2024 e pela revisão especial de suas informações contábeis intermediárias. Como parte normal de suas atribuições, também efetuou avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

2. Principais atividades realizadas no período

No transcorrer do ano de 2024, o CAE realizou 13 (treze) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Revisão das informações contábeis mensais;
- Revisão das informações contábeis intermediárias, do relatório anual da Administração e das demonstrações contábeis, com recomendação favorável à aprovação pelo Conselho de Administração;
- Avaliação das propostas de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio;
- Avaliação da proposta de orçamento empresarial para o exercício de 2024;

- Acompanhamento mensal do orçamento empresarial;
- Parecer sobre a contratação de serviço extra auditoria;
- Reunião com os auditores externos da Companhia para avaliar a independência da equipe de trabalho, em conformidade com os padrões éticos e normativos vigentes, analisar o cronograma de atividades e discutir os principais assuntos de auditoria (PAA's), bem como as políticas contábeis consideradas críticas, devido ao alto grau de julgamento exigido no processo de elaboração das demonstrações contábeis;
- Avaliação das fragilidades, deficiências e sugestões de melhoria indicadas no relatório de recomendações e aprimoramento dos procedimentos de controles internos, contábeis, tributários, trabalhistas e de tecnologia da informação, referente ao exercício de 2023, emitido pela BDO;
- Apreciação do relatório de recomendações da BDO, referente ao Relatório de Sustentabilidade do ano-calendário de 2023;
- Acompanhamento do plano anual de atividades da auditoria interna de 2024 (PAINT);
- Apreciação do relatório de atividades da auditoria interna de 2023 (RAINT);
- Autoavaliação e conhecimento do resultado da avaliação realizada pelo Conselho de Administração, ratificando as conclusões do relatório final e concluindo que os membros do CAE atenderam aos requisitos de suas funções; e
- Participação nos treinamentos de *Compliance* e de Governança e conformidade com a Lei 13.303/2016.

3. Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia. Com relação à Auditoria Externa (BDO), o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2024 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE verificou que as demonstrações contábeis estão apropriadas em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Pelo exposto, o CAE considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido, não possui qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Campinas, 19 de março de 2025.

ÉDER MASSOCO
Coordenador do CAE

PAULO CEZAR TEIXEIRA DE MAGALHÃES
Membro do CAE

PAULO DE TARSO LAUANDOS ZAKIA
Membro do CAE

ROBERTO MOTA JÚNIOR
Membro do CAE

MARIANA DE ALMEIDA BERNARDELLI ALFIER
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, e nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 20 de março de 2025.

ADERVAL FERNANDES JÚNIOR
Membro do Conselho Fiscal

LAIR ZAMBON
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.
Campinas - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) financeiro das contas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a Administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da Administração e a avaliação de fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos, e, do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento com responsáveis da Administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber;
- Avaliação das estimativas utilizadas pela Administração em relação às perdas esperadas contabilizadas;
- Análise da integridade das bases de cálculo utilizadas;
- Testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações;
- Recálculo matemático dos índices de inadimplência;
- Inspecção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da Administração com relação a parcelamentos; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da Administração da Companhia, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Nesse sentido, com base na relevância do montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa da receita não faturada;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas não faturadas no período contábil adequado;
- Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita não faturada, por meio de amostragens;
- Teste documental, em bases amostrais de documentos suportes e comprovantes de recebimentos financeiros; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita não faturada da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, que é consistente com a avaliação da Administração da Companhia, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Benefícios a empregados

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia oferece aos seus funcionários benefícios pós-emprego referentes a previdência privada, assistência médica, indenização por aposentadoria, indenização por invalidez e Auxílio funeral. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudo emitido pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos destes benefícios, bem como os critérios de mensuração das obrigações está descrita na nota explicativa supracitada.

Nesse sentido, com base na relevância dos registros contábeis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2024, e considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais, incluindo variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação, que podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado; e
- Também avaliamos e revisamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os benefícios a empregados incluída na referida Nota Explicativa às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, que é consistente com a Administração da Companhia, consideramos que são razoáveis os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento destes passivos pela Companhia, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento

e complexidade por parte da Administração e seus Assessores Jurídicos, e, do impacto que eventuais mudanças poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento dos controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal;
- Obtenção de cartas de confirmação diretamente dos Assessores Jurídicos externos e internos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Administração da Companhia sobre o risco de perda e valores envolvidos nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Envolvimento de nossos especialistas como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Administração e seus Assessores Jurídicos nos processos fiscais mais significativos; e
- Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre avaliação das provisões para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração e dos Assessores Jurídicos da Companhia, consideramos que os critérios e premissas para estabelecer as provisões para contingências adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 031522/F

Ronaldo Silva dos Santos
Contador CRC 1 SP 228140/O-4

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda, relativamente às Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 21 de março de 2025.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS
Diretor Técnico

RONALDO PONTES FURTADO
Diretor Comercial

PAULO JORGE ZERAIK
Diretor Administrativo